

**FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

LEOPOLDINA MICHELLE DE LIMA BARBOSA

**A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER PRESENTE NAS RELAÇÕES
CONJUGAIS EM JUAZEIRO DO NORTE – CE: Notas de Estudos com Vítimas
do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.**

**JUAZEIRO DO NORTE – CE
2011**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

LEOPOLDINA MICHELLE DE LIMA BARBOSA

**A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER PRESENTE NAS RELAÇÕES
CONJUGAIS EM JUAZEIRO DO NORTE – CE: Notas de Estudos com Vítimas
do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social pela a Faculdade de Ciências Aplicadas Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Professora Msc. Suamy Soares.

**JUAZEIRO DO NORTE – CE
2011**

LEOPOLDINA MICHELLE DE LIMA BARBOSA

**A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER PRESENTE NAS RELAÇÕES
CONJUGAIS EM JUAZEIRO DO NORTE – CE: Notas de Estudos com Vítimas
do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social pela a Faculdade de Ciências Aplicadas Dr. Leão Sampaio.

APROVADA EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Professora Mestre Suamy Rafaely Soares
Orientadora

Professor Especialista Cristovão Maia Filho
Examinador

Professora Mestre Naedja Pereira Barroso
Examinadora

A Deus que me concede estar viva por mais um dia. A minha mãe e meu pai “que acreditaram”. Aos meus pacientes, irmãos e irmã. A meu esposo Aldemir por revelar o quanto a liberdade faz parte do casamento. A minha filha Demirle, minha deusa da felicidade. As mulheres de modo geral, “*in memoriam*” as que perderam suas vidas vitimadas ou lutando para sair da violência doméstica, as que lutam cotidianamente para dela se desvencilhar e a todas as mulheres companheiras ou não de luta.

AGRADECIMENTOS

Reconheço e agradeço ao meu Amado Deus pela imensidão de conquistas obtidas até agora, das quais não seriam possíveis sem a sua gloriosa permissão. Pelos diversos momentos felizes que pude agradecer, mas não agradei, por está presente em minha vida, seja em momentos tristes ou felizes, sabia que Você estava ali, pronto a me ouvir e muitas vezes não falei. Agradeço pela oportunidade de poder colocar tudo em suas mãos, na busca de melhor solução dos problemas. Sinceramente obrigada por tudo! Por mostrar-se tão maravilhoso, tão supremo, ao ouvir minhas angústias e desejos e não pedir nada em troca.

Agradeço a minha grande família, especialmente, a minha mãe Lourdes e meu pai Geraldo, por também me darem a vida. Pelos exemplos de perseverança e determinação de minha mãe, por me apoiar e me incentivar sempre a ir em frente sem fraquejar. Pelos conselhos e ensinamentos pacientes de meu pai, cuja sabedoria era transmitida com humildade. Agradeço a Deus por ser filha de vocês.

Aos meus queridos irmãos, Segundo Paulo, Segundo Saulo, Solos do Mar e Freddie Mercury, Grandes pessoas. Por terem paciência comigo e entenderem a pessoa agoniada que sou. Amo vocês.

À minha querida irmã, Querubina Liege, que me ama e me compreende, apesar de meu jeito difícil, estressada e muitas vezes mal-humorada. Admiro você profundamente, embora tenha esse jeito meio, ou melhor, completamente “maluquinha”. Você é minha fonte de inspiração.

A Barbosa, meu amado sobrinho/afilhado, por estar sempre a postos quando eu mais precisava e mesmo sem poder, arranjava algum meio para me ajudar. Muito obrigada!

Preciso falar o quanto sou grata a você, Aldemir, homem maravilhoso que o Senhor colocou na minha vida. Talvez as palavras não consigam expressar o tamanho da minha gratidão, porém quero lhe agradecer por estar aqui, por ter feito tudo o que pode por mim, fazendo parte da minha vida, ou melhor, construindo nossas vidas, com amor, parceria, compreensão, respeito e principalmente com liberdade, muito do que hoje sou devo a nossa parceria. Agradeço infinitamente, uma vez que você é uma das pessoas que mais me apoiaram, estimulando, tendo

paciência, me entendendo, respeitando até meus estresses, decorrentes do cansaço e pensamentos, e minha ausência rotineira. Obrigada meu amor!

À minha Demirle, benção maravilhosa da qual fui digna de receber, gerei e amamentei minha pequena grande princesa. A imensa compreensão, apesar da tão pouca idade, pelas diversas horas de estudo em que estive concentrada e distante. Por muitas vezes me tirar da concentração pedindo pra ser mais presente e teimando em ficar comigo até tarde da noite dizendo me amar. Obrigada “muié braba”! Mamãe te ama muito!!!

A meu primo Mizai que foi o responsável e incentivador da minha vontade de voltar a estudar. O primeiro entre tantos que me apoiaram desde a inscrição para o vestibular até ao final do curso. Disponibilizou seu tempo para me ajudar nos afazeres domésticos, buscou Demirle na escola, fez nossa comida. Sem você, Mizai, seria mais complicado conciliar e dar conta de tudo. MUITÍSSIMO obrigada!

À Marluce, Samara, Carine e Verônica, minhas vizinhas e companheiras com quem pude contar sempre que precisei. Tudo que eu citar aqui não expressará por inteiro o quanto sou agradecida pelo que fizeram por mim e mais ainda por seus gestos atenciosos e dedicados à minha filha.

Às pessoas especiais, cada uma com seu jeito, que já fazem parte de minha vida, e apareceram no meu caminho. Aos poucos fomos construindo nossa gostosa panelinha, relação de amizade e companheirismo. Esse Quarteto Magnífico composto por Bruna, Dalva, Débora, Rosiane ou “Rose” que se tornou Quinteto comigo, pela realização de todos os trabalhos, juntas e unidas pela amizade construída.

À Bruna, a menina-mulher mais inteligente e destemida que conheci, é literalmente a enciclopédia ambulante. Obrigada por ter socializado por diversas vezes o seu conhecimento e contribuído para o meu aprendizado. Você é uma grande amiga! Obrigada por tudo!

À Dalva, que ora demonstra ser uma mulher madura e determinada, ora não passa de uma garotinha indecisa, mas que na sua personalidade evidencia uma amiga leal, compreensiva. A nossa amizade foi provada diversas vezes, tanto em momentos de alegria e, principalmente, nos momentos de dificuldades e tristezas, assim compartilhamos as lágrimas e dessa forma ficaram bem menos dolorosas. Obrigada pelas gargalhadas, brincadeiras, noites em claro, foi duro, mas foi ótimo!

À Débora. Eita amigona! Na verdade, como Demirille lhe adotou como irmã, então é minha filha, mais velha, aff! Assim é demais! Brincadeira. Desejamos muito e chegamos ao final com a certeza do dever cumprido. Passamos por tantos sufocos, angústias, preocupações e terminamos. Tragamos sempre conosco essa força que nos trouxe até aqui e que agora nos condiciona a seguir caminhos distintos. Agradeço pelas boas e complicadas coisas que pudemos aprender juntas e também a maravilhosa oportunidade de tê-la, infelizmente por um pequeno período, como membro da minha família.

À Rose, a mais meiga, doce, paciente, sensível, bondosa e compreensiva, pessoa que conheci como amiga pra todas as horas. Agradeço a oportunidade maravilhosa de ter me tornado sua amiga e dividido contigo todo esse curso, pela sua companhia na faculdade ou fora dela, que continuará presente em nossa história. Obrigada por ter crescido junto de ti.

À Renatinha e Angelina, que apesar de não serem da mesma sala desde o início do curso, tivemos a oportunidade de estudar um período, isto foi determinante para a construção de uma amizade sólida. Quero agradecer os grandes momentos de contentamento e também os de aflição que compartilhamos, nessas horas, as palavras são sempre insuficientes, quando queremos expor o que nos vai além da alma. Como agora.

Recebi ajudas preciosas de diversos (as) colegas da faculdade, que fizeram parte da minha vida por quatro anos. Se tudo correr bem, ainda vão me aturar por muito mais tempo, não vou listar os nomes, porque são muitos e corro o risco de esquecer alguns; entretanto, todas as pessoas que passaram por mim me ensinaram muito.

À Natália, que apesar de ter tido poucos contatos durante todo o percurso da faculdade, foi construída na reta final do curso, uma relação de amizade e companheirismo, desde a troca de materiais e conhecimentos, até de perigos nas quebradas do Juazeiro, na busca de resolver os diversos problemas que apareciam de vez em quando. Ter passado esse período conturbado da construção do nosso conhecimento foi muito gratificante.

À turma do CREAS, em especial a minha técnica Fabiana, pela oportunidade de aprendizagem concedida, a qual era imprescindível na minha formação profissional, me deram condições para um estágio bem proveitoso, é muito bom aprender com pessoas assim. MUITÍSSIMO obrigada a todos (as).

À professora Michele Ribeiro, pelas belas discussões em sala de aula sobre vários assuntos, em especial a temática de Gênero que me fez despertar e construir um estudo ainda que modesto sobre a VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER e por ter disponibilizado uma gama de material inestimável sobre este tema. Foi muito gratificante ter sido sua aluna. Espero pelo menos em parte, ter adquirido a perspectiva crítica tão aspirada por você. Muito obrigada!

À Fabiana e ao professor Cristovão que aceitaram participar da banca examinadora.

À professora orientadora Suamy, por ter proporcionado a ampliação dos meus conhecimentos no direcionamento de leituras importantes e por todo o tempo e paciência a mim destinados.

Aos todos os mestres que fizeram parte da minha trajetória acadêmica agradecida pelo o repasse de informação. Pela a afinidade e amizade construída Chessman, Priscila, Rose, Maridiana, Valéria, Cristovão, Anderson, Michele, Diana, Juliana, Helaíde, Sheyla, Naedja, Ivanildo, Alexandre, Jamerson, Kátia e Gisely.

Não posso esquecer-me dele, Seu Juvêncio, segurança da faculdade, pelas suas sábias palavras de incentivo: “Tudo vai dar certo!” Belas palavras! É realmente tudo terminou da “melhor forma”. Pelas caronas proporcionadas em horário tão aflito. Obrigada por tudo!

A Andrade, cumpri minha promessa, agradecida! e as meninas da biblioteca por não fazer mais do que as funções de seu trabalho, agradeço as preocupações.

Bruna, Dalva, Débora e Rosiane, de tudo ficam a saudade e o aperto no peito, dos sonhos que sonhamos daquele sorriso de encontro, das conversas e risadas na sala e brigas dos professores, dos movimentos ora na casa de uma, ora de outra. Por tudo que fizemos juntas, sentiremos saudades! Porém, unidas pelos mesmos objetivos, percorremos um longo trajeto. A partir de agora cada uma a seu modo, trilhará seu caminho. Entre cada uma de nós ficará a lembrança de tantos encontros e desencontros, lutas e frustrações, sonhos e decepções. O que fica é a certeza de que cada uma contribuiu bastante para o crescimento da outra. Obrigada mais uma vez a vocês que partilharam os prazeres e dificuldades desta jornada, com os quais convivemos durante quatro anos e carregamos a marca de experiências comuns que tivemos. Vamos seguir confiantes em busca de nossos ideais, no exercício de nossa profissão.

Agradeço ainda embora objeto inanimado, ao meu computador por ter resistido bravamente a esta batalha.

“Achar-se situada à margem do mundo não é posição favorável para quem quer recriá-lo”. “A biologia não é um destino”.

Simone de Beauvoir

RESUMO

A supremacia masculina reforçada pela ideologia patriarcal apresenta-se como sistema de dominação e exploração que sobrevive há milênios em constante transformação. Esta concepção ideológica não se restringe somente à família, mas é permeada e legitimada pela a sociedade de modo quase hegemônico. A seguinte produção acadêmica discorrerá sobre a problemática da violência contra mulher com centralidade nas relações conjugais, para tanto, revela-se a necessária construção da trajetória de todos os processos desencadeadores e legitimadores da secular violência destinada às mulheres. Esse trajeto perpassa das análises da construção conceitual de poder, patriarcado e gênero como elementos fundantes para a compreensão da estrutura de dominação e exploração feminina até a compreensão da violência contra mulher como expressões do poder atribuído arbitrariamente ao homem. Objetiva, para além de expor o fenômeno da violência contra mulher como grave problema social e suas relações intrínsecas com a impunidade, romper com a indiferença e a cumplicidade social que contribui para a não punição dos agressores e desamparo às vítimas. Partindo de um mote materialista-histórico-dialético e com o uso do formulário como a técnica de coleta de dados, o presente estudo pontuará os elementos determinantes da violência contra a mulher conforme exposições das oito vítimas atendidas no Centro Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Juazeiro do Norte, no período dos seis meses de estágio supervisionado obrigatório, na perspectiva de demonstrar as influências e os elementos que impulsionam e desestimulam as denúncias e evidenciar a importância dos equipamentos sociais de proteção aos direitos das mulheres para o enfrentamento da violência contra mulher no município e no cariri cearense, haja vista, essa realidade apresentar resultados vinculados a falta de informação concernente às políticas públicas de enfrentamento a violência, o medo por parte das usuárias dos procedimentos e consequências das denúncias e as implicações das relações de submissão e opressão.

Palavras – Chave: Violência contra Mulher; Patriarcado; CREAS.

ABSTRACT

Male supremacy reinforced by patriarchal ideology presents itself as a system of domination and exploitation that has survived for millennia in constant transformation. This ideological conception is not only restricted to the family, but is permeated society and legitimized by an almost hegemonic. The following academic discourse on the issue of violence against women in marital relations with centrality for both, it is necessary to construct the trajectory of all the processes triggering and legitimizing the secular violence for women. This route runs through the analysis of the construction concept of power, patriarchy and gender as foundational elements for understanding the structure of domination and exploitation of women to understanding violence against women as expressions of power arbitrarily assigned to man. Objective, in addition to exposing the phenomenon of violence against women as a serious social problem and their intrinsic relations with impunity, to break with the social indifference and complicity that contributes to the non-punishment of the perpetrators and helpless victims. Based on a theme-historical-dialectical materialism and the use of form as the technique of data collection, this study pointed to the determinants of violence against women as exhibitions of the eight victims treated at the Center for Social Assistance Specialized Reference (CREAS) the city of Juazeiro in the period of six months of supervised training required, in view of showing the influences and elements that drive and discourage complaints and highlight the importance of social protection equipment to the rights of women to the confrontation of violence against women in the city and Cariri Ceará, given this reality results have linked a lack of information concerning public policies to confront the violence, fear by the users of the complaints procedures and consequences and implications of the relations of submission and oppression.

Words – Key: Violence against Women; Marital Relationships; CREAS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BO – Boletim de Ocorrência

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DEAM – Delegacia Especializada de Atenção à mulher

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – Caracterização da Idade das mulheres das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte - CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO II – Caracterização sobre a relação conjugal das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO III – Caracterização do número de filhos das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRAFICO IV – Caracterização do núcleo familiar das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO V – Caracterização do grau de Escolaridade das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO VI – Caracterização da ocupação das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte - CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO VII – Caracterização da renda salarial das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO VIII – Caracterização da área de localização das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO IX – Caracterização do bairro das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO X – Caracterização do denunciante da violência contra a mulher no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO XI – Caracterização dos tipos de violências sofrida pelas mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO XII – Caracterização das idades dos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO XIII – Caracterização do vínculo conjugal dos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO XIV – Caracterização da escolaridade dos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO XV – Caracterização da ocupação dos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO XVI – Caracterização da renda salarial dos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO XVII – Caracterização sobre questões relacionadas à violência e uso de bebidas pelos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

GRÁFICO XVIII – Caracterização sobre questões relacionadas à violência e o consumo de drogas dos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte - CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

LISTA DE TABELAS

TABELA I – Caracterização do número de filhos de mulheres casadas ou união estável em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte, no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

TABELA II Caracterização do número de pessoas pertencentes ao núcleo familiar das mulheres casadas ou união estável em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte, no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
I CAPÍTULO - PODER, PATRIARCADO E GÊNERO: ELEMENTOS FUNDANTES PARA A COMPREENSÃO DA ESTRUTURA DE DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO FEMININA	21
1.1 A Compreensão da Categoria do Poder nas Relações Desiguais de Gênero	21
1.2 Formulações sobre o Patriarcado Brasileiro	22
1.3 Considerações sobre a Gênese do Conceito de Gênero no Brasil	27
II CAPÍTULO – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: EXPRESSÕES DO PODER ATRIBUÍDO ARBITRARIAMENTE AO HOMEM.....	31
2.1 Violência e Violência Contra Mulher – Definições e Redefinições	31
2.3 A Dimensão Política do Fenômeno da Violência Contra Mulher.....	35
2.4 Políticas Sociais de Enfrentamento a Violência Contra Mulher	38
III CAPÍTULO - A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A IMPOSSIBILIDADE DE CONJUGAR AMOR E DOR	42
3.1 A Metodologia	42
3.2 A Descrição do Campo de Estágio e o <i>Locus</i> da Pesquisa	44
3.3 Análise do Fenômeno da Violência Contra Mulher na Cidade de Juazeiro do Norte - CE	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXO	58

INTRODUÇÃO

Os fenômenos sociais sustentam-se conforme a credibilidade de sua certeza ou valor para a coletividade. Uma trajetória secular fez a sociedade de modo geral utilizar-se da violência como modo legítimo, necessário e em alguns casos justos (com positiva valorização) para a manutenção de um *status quo*. A teoria social crítica apresenta suporte para repensar e compreender de modo quase que total, o mundo com determinantes históricos-materiais e percepções abrangentes sobre a relação de dominação, exploração, subordinação e opressão dos sujeitos, considerando as construções e reconstruções de processos e como estes ao longo da sociabilidade humana foram validados e naturalizados.

O propósito desta produção acadêmica é discorrer a cerca da violência contra mulher em relações de conjugalidade a partir de levantamentos de dados extraídos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no período de seis meses referente ao Estágio Supervisionado I e II. Assim, objetiva-se analisar os elementos determinantes da violência contra mulher, a atuação do CREAS no enfrentamento a tal problemática, expondo o fenômeno da violência contra mulher como grave problema social e suas intrínsecas relações com a impunidade. Ademais, o trabalho acadêmico designa-se a apresentar e sensibilizar a opinião pública em relação da violência contra mulher, para romper com a indiferença e a cumplicidade social que pode contribuir para a impunidade dos agressores e desamparo as vítimas. Pontua-se ainda, elementos determinantes da violência contra a mulher conforme exposições das vitimadas atendidas no CREAS.

A origem da subordinação pode ser atrelada aos determinantes materiais, os sujeitos não foram desde o princípio subordinados, a opressão constrói-se nos processos sócio-históricos e materiais “de produção e reprodução de suas vidas e de suas necessidades” (Araujo, 2000. p. 65.), tais considerações subsidia a compreensão da violência enquanto mecanismo de restrição de liberdade, tanto de um indivíduo, quanto de um grupo, através da repressão ou ofensa seja estas de ordem física ou moral.

O termo violência possui vários significados, dentre tantos, especifica-se aportes conceituais sobre violência de gênero e violência contra a mulher, que aponta a concepção de ação violenta destinada a mulher, simplesmente pela sua condição de mulher. Essa demonstração de violência se constitui pela dominação e

opressão da mulher, perpetradas pelo homem a partir da primazia masculina, que legítima e perpetua valores e instituições, a exemplo, poderia ser citada a obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* de Engels que revela a posição da mulher na família, não por sua condição inata ou natural, mas sim como característica de opressão, vinculando em particular às relações sócio-econômicas.

A violência contra a mulher vem sendo bastante debatido nas últimas três décadas e tem grande relevância para o Serviço Social e a sociedade. Intencionou-se projetar um trabalho sobre os elementos determinantes da violência e como esse tipo de violação se propaga pelo senso comum, considerando existir afirmações como: *“as mulheres passam por isso porque gostam/merecem; porque são safadas; porque não prestam”*. Para tanto, a sistematização utilizada nesta obra será a abordagem no primeiro capítulo de poder, patriarcado e gênero como elementos fundantes para a compreensão da estrutura de dominação e exploração feminina.

No segundo capítulo as apreensões da violência contra mulher como expressões do poder atribuído arbitrariamente ao homem, perpassando desde as definições de Violência e Violência Contra Mulher, a dimensão política deste fenômeno e as intervenções das políticas sociais de enfrentamento a violência contra mulher com destaque a atuação do CREAS de Juazeiro do Norte frente a tal problemática. O terceiro capítulo trata do percurso metodológico desde os processos de análise de dados até a exposição do campo de estágio e também espaço da pesquisa.

O presente estudo é orientado pela perspectiva materialista-histórico-dialética, uma vez que a teoria social crítica se faz hegemônica no interior da categoria profissional do Serviço Social, a apreensão de um método que conduz do “real aparente à realidade concreta”. Dessa forma, o estudo tem caráter qualitativo e quantitativo, por se deter a aspectos subjetivos e objetivos, cabe ressaltar que o método qualitativo, especificidade das ciências sociais, proporciona uma descrição minuciosa condizente com a intenção da pesquisa.

A técnica utilizada para absorver as informações pretendidas é referenciada como formulário, em que a pesquisadora em todas as fases da pesquisa tem como pressuposto, direcionar a captura de informações de forma rígida e peculiar, proporcionando a tabulação e interpretação dos dados através de gráficos,

Este esboço é fundamental para o debate no âmbito da categoria profissional, a respeito das concepções de violência contra as mulheres e os elementos que

estruturam essa expressão da “questão social”. A violência é uma questão pública, necessita de uma maior atenção por parte do Estado e isso implica na implementação de políticas que possam assegurar os direitos das mulheres, bem como sua emancipação. O Estado é compelido a intervir por meio de políticas públicas e de programas sociais, como subsídios de enfrentamento desse problema tão sério e comum que acomete todas as classes sociais em pleno século XXI.

Um exemplo de intervenção do Estado pode ser expresso a partir da determinação da lei Maria da Penha, mecanismo para prevenir e coibir a violência contra mulher. A mulher independentemente da sua atividade laboral, condição de vida, etc, não deve ser excluída do gozo dos direitos da pessoa humana, considerando ainda a necessidade da construção de condicionantes reais para o gozo de tais direitos. Por meio do desenvolvimento de políticas públicas alguns desses condicionantes são proporcionados, todavia, o caráter subjetivo e simbólico perpassada no campo ideológico expressa a necessidade desses condicionantes construídos de forma coletiva, são tais pressupostos que apresenta-se como saída para coibir as formas de negligência, violência, discriminação, exploração e opressão dentro das relações familiares, domésticas e em particular com parceiros de conjugalidades. Evidentemente, há uma cultura patriarcal, sexista e machista impregnada nos indivíduos, fazendo com que os homens sintam-se donos de suas mulheres e, por conseguinte, acreditem que podem fazer delas o que bem entenderem, o homem transformou-se em um ser machista, em virtude de uma cultura patriarcalista, tornando as mulheres submissas aos seus caprichos. Uma vez que a sociedade dá ao homem essa condição de superioridade em vários âmbitos, como: doméstico, cultural, trabalhista, biológico, sexual e econômico.

I CAPÍTULO - PODER, PATRIARCADO E GÊNERO: ELEMENTOS FUNDANTES PARA A COMPREENSÃO DA ESTRUTURA DE DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO FEMININA

Reconhecer a importância da história da mulher, ou melhor, admitir a influência e contribuição feminina no processo evolutivo da história, aceitando que valores perpetrados desde os princípios civilizatórios sejam reconstruídos ou simplesmente extintos constitui processo fundante para compreensão do modelo de dominação e exploração feminina vigente. Para tanto, é plausível ainda, compreender as relações de gênero, como “relações conjuntas de homens e mulheres com todas as suas complexidades” (OSTERNE, 2001, p.118).

Estamos passando por um momento delicado, como toda transição. Os modos como macho e fêmea se apresentam, se seduzem, se tocam, não fazem mais sentido: a vida mudou muito, e com isso mudou por completo o que sente um corpo, o que o atrai, como o atrai. Macho e fêmea estão sendo vividos num corpo de outro jeito, cuja linguagem apenas começa a ser esboçar. Isso tem deixado homens e mulheres desorientados e sozinhos. (OSTERNE, 2001 *apud* ROLNIK, 1998. P.69)

Os atos de violência perpetrados contra mulheres são mais bem entendidos dentro do contexto das relações de poder, patriarcado e gênero, pois surgem por conta da subordinação da mulher na sociedade que pode ser materialmente expressa pela condição econômica e social das mulheres e suas variedades nas diferentes culturas.

1.1A Compreensão da Categoria do Poder nas Relações Desiguais de Gênero

Em primeiro lugar, cabe dizer que a sociedade capitalista é regida sob a perpetuação do poder e apresenta condicionantes que naturalizam as relações de dominação-subordinação nos segmentos de classe, etnia/raça e principalmente no que concerne ao gênero, haja vista, a construção sócio-histórica da inferioridade da mulher em relação ao homem.

A categoria poder está intrinsecamente vinculada às relações de gênero por meio de representações de ordem material e simbólica. “O que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como

também exercido discricionariamente, criando desigualdades” (SAFFIOTI, 2004, p. 113). A construção de alternativas ou ainda a compreensão de si enquanto sujeito, dos outros e da realidade ao qual estão submetidos passam a serem mecanismos de busca e disputa de poder. Um poder expresso de modo ainda mais concreto nas relações familiares por meio do domínio do pai, conhecido primariamente por patriarcado, no entanto, algumas teóricas afirmam que o patriarcado foi características de culturas com destaque para os nômades em que o homem exercia o poder do pai sobre mulheres e filhos mais jovens e que tais características não são exclusivas do capitalismo, o patriarcado é um mecanismo antigo, utilizado pelo o capital ancorado ainda pelas as relações econômicas e as desigualdades sociais para a manutenção do *status quo* de dominação. As considerações sobre a categoria poder são explicitadas nessa produção acadêmica, mediante prioritariamente aos conceitos de Saffiot e Osterne.

Osterne citando Barbiere retrata o poder como fundante no que compete a subordinação feminina, no entanto, as autoras enfatizam que tal poder não esta atrelado somente ao Estado e seus organismos burocráticos, ele apresenta-se sob multi-facetas nos variados espaços da sociedade, em particular aqueles que nem sempre aparecem com crivos de autoridade e sim regados de sentimentos dóceis. “O poder conjugal não é paterno e sim parte do direito sexual masculino, o poder que os homens exercem enquanto homens e não enquanto pais” (PATEMAN, 1993, p.42). Ao compreender a origem das sociedades e essas condições acima citadas as mulheres podem tomar consciência de si própria e de sua condição.

1.2 Formulações sobre o Patriarcado Brasileiro

Ao patriarcado se fomentou a idéia de proteção, formulação tradicional ligada à família comandada por uma autoridade paterna, que serviu como modelo para os demais moldes de autoridade e como á civilização é proveniente de um modelo familiar a sociedade constitui-se “naturalmente” no modo patriarcal. O patriarcado como triunfo, paternidade, exercício da razão, um chamado avanço para a civilização social, patriarcado como forma de poder político, ou seja, o que Pateman chama de o direito político que homens exercem pelo o fato de ser homens, que foi ignorado no século XX e retomado pelo o movimento feminista da década de 60 principalmente para as ações populares e espaços acadêmicos.

Assim, se tal fenômeno expressa-se enquanto exercício político, a idéia de que o patriarcado esteja presente apenas nas relações familiares e que é natural das relações humanas passa a ser quebrada. Sendo assim, justificam a agressividade como característica típica do homem e, portanto, cabe a mulher somente a aceitação e ser paciente para que não o provoque com comportamentos contrários do que ele determina, proporcionando dessa forma a preservação da família.

A grosso modo, utiliza-se essas explicitações para tratar da primeira forma de patriarcado.

Pelo processo que deu origem ao patriarcado, a esposa passou a ser uma propriedade do marido, com os outros bens. Portanto, o patriarcado é mantido e reafirmado pela sociedade burguesa para responder a determinados interesses econômicos, e não algo que se assente nas características naturais do homem (TOLEDO, 2008, p. 33).

A segunda forma relaciona-se com a teoria do direito e obediência política e a terceira forma é chamado patriarcado moderno, com características fraternas ligadas a estrutura e a sociedade civil do capital.

Necessita-se ainda, para melhor compreensão do patriarcado nas relações modernas, envolver as posições com relação à separação da família e sua relação com o público e o privado, “a vida social, como um todo, está estruturada pelo o poder patriarcal” (PATEMAN, 1993, p. 39).

Essas análises entre o público e o privado referendada na família, serão expostas com considerações particulares do Brasil. Cumpre frisar que: a origem do termo “família”, na sua etimologia, de acordo com Engels, é *Famulus*, palavra de origem romana, significa escravo doméstico, de modo que família se configura ao número de escravos de certo senhor, este tinha sob o seu poder, a mulher, os filhos e os escravos e todos lhe deviam obediência.

No que tange ao cenário brasileiro, há de convir que a lógica do patriarcado foi instituída enquanto pertencente a um sistema de dominação, que estava sendo implantado juntamente com a instituição do Brasil Colônia. Em meados do século XVI até XVII, período que iniciou o cultivo da cana de açúcar e a divisão do solo brasileiro, foi imprescindível a nomeação de representantes do Rei, cujo cargo seria

colonizar e administrar aquele território. Para responder tal empreendimento, os representantes do rei, se valeram da mão de obra dos escravos e do estupro de escravas trazidas (os) da África. É preciso ressaltar, partindo desse processo de colonização, como iniciou a lógica de dominação patriarcal no cenário brasileiro, dessa forma, foi colonizada através dos representantes do rei - homens brancos - com os índios e índias, com escravos e escravas, geralmente através da violência sexual, derivando no que conhecemos de miscigenação brasileira. Sobre essa questão fala a autora:

Nesse contexto, presume-se como se constituiu a família, uma vez que era composta por vários indivíduos, de modo que faziam parte dela, parentes, netos, amigos, concubinas, escravos, enfim era o que se pode chamar de “agregado familiar”. Todos dependentes e submetidos à autoridade incontestável do patriarca, por que ele os “protegiam” e por isso os controlavam. Portanto, o patriarca era o chefe proprietário de terras, fazendeiro de café, cana de açúcar, a quem todos respeitavam acima de tudo, cuja moral era indiscutível, mesmo tendo filhos e netos com as suas escravas através de estupros, estas se mantinham caladas por compreender que àquele sujeito possuía total direito.

Segundo Odalia (2004), o traço marcante na evolução humana é que essa violência antes natural de viés de sobrevivência, ganha contornos bastante distintos e diferenciados nas sociedades complexas, uma vez que ela não se exercita como uma defesa para a sobrevivência, ela de alguma forma se enriquece, passa a ser decorrência da maneira pela qual o homem cria seu processo civilizatório.

A violência, muitas vezes utilizada como forma de sobrevivência nos primórdios da humanidade, passam a ganhar outras nuances, percebe-se que hoje, a mesma não se restringe somente a este aspecto de defesa, mas transcende para a dominação do homem pelo homem, consequência de uma construção social a partir do sistema patriarcal.

No que diz respeito às mulheres e/ou crianças, essas não tinham nenhuma importância, somente o patriarca e o primeiro filho homem tinha *status*, os casamentos eram realizados dentro da própria família para não haver a destituição do patrimônio. Assim os filhos eram socializados para no futuro administrar as riquezas do patriarca. Sobre essa relação assinala Saffioti (2004, p.105): “Dentre os diferentes machos há, pelo menos, uma hierarquia estabelecida com base nas distintas faixas etárias, cada uma desempenhando suas funções sociais e tendo

certo significado”. Esse modelo de família patriarcal, inserido juntamente com o processo de colonização no Brasil, permanece resistente até o início da República, uma vez que esta surge proporcionando uma nova configuração de vida, percebido através do rápido desenvolvimento social, que de certa forma ameaça o poder patriarcal existente, estabelecendo assim, uma reformulação nesse modelo de dominação. Em termos dessa questão:

O patriarcado que se instituiu no Brasil como parte de um sistema de dominação no Período Colonial passou, evidentemente, por grandes transformações. Isso, no entanto, não significa que seja um tipo de poder historicamente superado. [...] A ideologia patriarcal que se instalou nesse período vem se reproduzindo como parte da herança cultural até os nossos dias (ÁVILA, 2001, p. 32).

Convém fazer uma breve abordagem da transição da constituição das relações presentes no Brasil Colônia – Império e República, para compreender os processos que transformaram as relações familiares de poder e subjugação em relações de classes de exploração e dominação. O colonial latifundiário e agrícola gesta atividades comerciais, mediante mais uma etapa da sociedade brasileira, que passa de exclusivamente agrícola para comerciária e também industrial rudimentar, surge à necessidade de pessoas para um cenário de trabalho, os filhos antes criados para tomar de conta da herança, agora tinham que obter mais prestígio, vão estudar na capital e se casar com as filhas dos senhores da capital. Dessa forma, tem-se a promoção do aumento considerável das riquezas, uma vez que o império do patriarca agora se unia à riqueza de outros riquíssimos senhores – compreendidos como banqueiros, comerciantes, industriários e também fazendeiros, transformando as relações sociais, concretamente expressas pelo acirramento da exploração e dominação das classes subalternas, na perspectiva da ampliação dos lucros. Considera-se o patriarcado, enquanto uma estrutura em que se manifesta a usurpação da liberdade e autonomia das mulheres, o domínio masculino nas relações com as mulheres, crianças e sociedade em geral, compreendida sob os âmbitos do econômico, do político e do sociocultural.

O patriarcado investiu de maneira contundente e ambígua, obrigando homens e mulheres a acreditarem na inferioridade feminina. O pensamento de Santo Ambrósio revela como se impôs o

procedimento: “Adão foi levado ao pecado por Eva, e não Eva por Adão. É justo e certo, então, que a mulher aceite como amo e senhor aquele que ela encaminhou para o pecado” (TELES, MELO; 2003 p. 31).

Considerando a presença de uma sociedade patriarcal é inegável a supremacia masculina em relação a outros membros, uma vez que, a condição da mulher, é de estar sempre na busca de corroborar algo que é construído e aceito dentro de uma cultura patriarcal, devendo obediência e submissão ao homem, legitimando dessa forma, a superioridade masculina. Reforça Saffioti (2004, p. 65): “Assim, embora as mulheres não sejam cúmplices dos patriarcas, cooperam com eles, muitas vezes inconscientemente, para a perpetuação deste regime”.

Percebe-se que a legitimação da subordinação feminina é algo imposto pela sociedade patriarcal que centraliza o poder exclusivamente nas mãos dos homens. Destarte, fazendo com que o homem e a mulher aceite como sendo algo natural a dominação de um pelo outro, sendo assim, o homem é o principal protagonista, pois exerce posição privilegiada na hierarquia social. “o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2004, p. 47). O processo de consolidação do sistema patriarcal foi se desenvolvendo, uma vez que paulatinamente sucedia a substituição da “divisão sexual do trabalho”, por uma nova configuração: “a divisão social do trabalho”. Em que as atividades antes exercidas pelas mulheres no período da caça e coleta a exemplo do cultivo de plantas e a domesticação de animais, foram lentamente apropriadas pelo homem.

Durante todo o percurso do desenvolvimento da humanidade, houve a participação e contribuição de ambos, mesmo que em momentos e formas diferentes, sendo que o desempenho da mulher foi decisivo, para possibilitar a transformação da sociedade pré- histórica à chegada da civilização. A partir do exposto, o homem habituou-se as ocupações das mulheres, se apropriou, aprimorou essas atividades e estas a constituíram-se como suas obrigações, invalidando toda a contribuição feminina para o advento da civilização.

No primeiro período de sua emancipação, os homens eram menos capazes do que as mulheres nas atividades produtivas. Portanto, limitava-se a cortar as ervas daninha nos campos e a preparar o terreno para o cultivo que as mulheres faziam. Cortavam árvores e armazenavam madeira para construções. Só mais tarde começavam a trabalhar na construção propriamente dita, assim como cuidar de

animais e de seu filho. [...] O homem se apoderou dos fornos inventados pelas mulheres e os transformou em fráguas e forjas para fundir os metais brutos e obter cobre ouro e ferro (REED. 2008 p. 81 – 83).

Em linhas gerais, a recente divisão social do trabalho foi se apropriando das condições produzidas pela época e abolindo a configuração de trabalho entre sexos, existente desde a pré-história e passadas por longos períodos, desencadeando a determinação dos papéis e funções de cada um, através de ideologias difundidas e perpetuadas, para legitimação da ordem patriarcal que estava sendo inserida.

1.3 Considerações sobre a Gênese do Conceito de Gênero no Brasil

Constitui as relações sociais considerando as diferenças entre os sexos. “Gênero não pode ser dissociado de sexo”, o sexo, visto como o biológico é compreendido como redimensionado pelo o psicológico e social. Assim, sexo não pode ser entendido como afirma as teóricas feministas francesas: como algo natural imutável e gênero por sua vez não deve ser entendido como diferença sexual socialmente construída como afirma as teóricas anglo-saxãs.

Análises criadas sobre estes direcionamentos reafirmam concepções patriarcais antigas, a exemplo, da idéia da mulher possuir menor força física e por isso não serem detentoras de poder. Parte-se do pressuposto que conceituar gênero é algo complexo, pois requer maturação para compreendê-lo na sua totalidade. Como afirma Saffioti (2007, p. 108-109): “A postura aqui assumida consiste em considerar sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida”. Convém mencionar que o termo gênero, foi absorvido pelas estudiosas feministas principalmente em meados da década de 1970 como meio de possibilitar que a concepção do determinismo biológico ficasse aquém das relações construídas historicamente entre homens e mulheres, em que determina o social, bem como o cultural. Definindo da forma objetiva a subjetividade de ambos, no que diz respeito ao “ser homem e ser mulher”.

À mulher impõe-se a necessidade de inibir toda e qualquer tendência agressiva, pois deve ser dócil, cordata, passiva. Caso ela seja do tipo de *mulher despachada*, deve disfarçar esta qualidade,

porquanto esta característica só é considerada positiva quando presente no homem. *Mulher despachada* corre o risco de ser tomada como *mulher-macho*. Estes modelos – mulher passiva e homem ativo – são chamados estereótipos. Isto é, uma espécie de molde que pretende enquadrar a todos, independentemente das particularidades de cada um (SAFFIOTI, 1987, p.37- grifos do autor).

Deste modo, o termo gênero remete-se a relação assimétrica de poder existente entre homens e mulheres, sendo condição predominante para a manutenção da ordem social, que é regida pelo sistema capitalista/patriarcal, este abrange toda a sociedade, tendo na instituição familiar o alicerce para a reprodução precoce da divisão sexual dos papéis em que se encontra o homem e a mulher. Torna-se evidente que, a mulher é socializada para adquirir características dóceis, bondosa, pura, frágil, dedicada. Sendo assim, de acordo com Silva (1992): ora exercem papel de “*santa*”, ora vive numa condição de “*puta*”, sempre para satisfazer a vontade de outrem.

O processo de construção do conceito de gênero se evidencia, na questão da identidade social de cada indivíduo, imposto a partir do seu sexo, através do sistema de idéias que relegam para as mulheres funções maternais e domésticas, e para os homens atividades no campo da produção, proporcionando paulatinamente a desigualdade entre os sexos e a subjugação feminina.

Portanto, a desigualdade existente entre os gêneros está arraigada na sociedade, de tal forma, que se torna difícil desmistificar estes preceitos, pois, a mulher enquanto submissa pode torna-se peça fundamental para manutenção da ordem patriarcal. Assim, a desigualdade institucionaliza-se e é posta pela tradição cultural, construída nas relações sociais, ou seja, a subserviência estabelece o domínio do homem.

A desigualdade, enquanto violência, não é um fenômeno atemporal, que deve necessariamente atingir todas as formas de sociedades possíveis. A naturalidade da desigualdade, que nos tem sido impostas, no correr da história do homem civilizado, só pode ser compreendida quando se compreende que ela é uma condição de estruturas sociais, que passam a reproduzi-la como um fenômeno aparentemente natural (ODALIA, 2004, p.31-32).

Faz-se necessário partir ao encontro de raízes presentes desde a pré-história, considerando as configurações das relações nesse período, uma vez que essas se

expressavam no costume de atribuir à mulher papel preponderante, justificado pelo direito materno, uma vez que a maternagem era considerada como um dom da natureza, atribuído à mulher. No entanto, apesar da mulher ser privilegiada, não havia a opressão do homem, pois as relações eram livres e dessa forma viviam sobre uma lógica de igualdade e companheirismo. Toledo 2008 alude para contribuições antropológicas que revela à condição de opressão e submissão feminina intrinsecamente ligada as relações econômicas que formaram “toda a superestrutura ideológica de sustentação dessa opressão: as crenças, os valores, os costumes, a cultura em geral” (TOLEDO, 2008, p.33).

Dessa maneira, a opressão feminina e a construção dos papéis das mulheres nas sociedades foram sustentadas conforme a criação e legitimação de determinados ideais e valores provenientes de alguns mitos. O primeiro mito refere-se ao de que o homem é um ser superior em relação à mulher, uma vez que este detém a força física, característica não tão existente na mulher, porém esse atributo é relativo, haja vista existir mulheres mais fortes do que determinados homens. No que se refere ao mito da superioridade e inferioridade ser um fenômeno natural, convém compreender que não se trata de uma determinação da natureza do homem e da mulher, mas da manifestação histórica e cultural das causas econômicas.

Outro mito historicamente divulgado se deve a maternagem, uma vez que somente a mulher tem condições biológicas para gerar filhos, por tudo isso, é estabelecida a precisão dos cuidados, dos filhos, da casa, dos doentes e idosos. Dessa forma, segundo Reed (2008, p. 42): “as mulheres eram trancadas em casa e ficaram limitadas à servidão familiar”. Mais um deles, e não menos importante se refere às qualidades das mulheres, uma vez que somente ela apresenta os predicados da paciência, delicadeza, calma, determinação, compreensão, enfim, comportamentos e valores que foram instituídos como estratégia de justificativa para sua submissão.

Com isso, compreende-se que as relações sociais são marcadas pela dominação e, conseqüentemente, pela violência, proveniente da cultura e das instituições, sejam estas denominadas como: Família, Religião, Escola, Estado.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a

mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem (REED 1987, p.8 – grifos do autor).

Deste modo, é necessário compreender gênero enquanto uma categoria de análise cuja conceituação se revela imprecisa, uma vez que se encontra em construção a partir de várias concepções ideológicas veiculadas pelas feministas, que além de ter uma característica em comum, no que se refere à questão do sexo, como biológico e gênero quanto um construto social e cultural, divergem entre si utilizando suas linhas de pensamento.

II CAPÍTULO – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: EXPRESSÕES DO PODER ATRIBUÍDO ARBITRARIAMENTE AO HOMEM

Para se falar de violência de gênero, é imprescindível que se compreenda de início o que é gênero. Nesse sentido, o termo gênero expressa-se pela construção sociocultural do “ser homem e ser mulher” a partir do sexo do indivíduo, uma vez que é determinado o seu comportamento, suas atitudes e funções.

No tocante a essa construção sociocultural, esta se expressa na sistematização da desigualdade em relação aos homens e mulheres, em que é refletida nos espaços público e privado de ambos, instituindo a dominação e subordinação das mulheres, cuja superioridade é postulada aos homens.

A partir do sexo feminino ou masculino, foram estabelecidos “papéis sociais” diferenciados, de modo que a mulher sempre estar em posição de inferioridade em relação aos homens, uma vez que estes se utilizam da ideologia patriarcal de supremacia masculina e reforçam a preservação da discriminação histórica de todas as mulheres.

2.1 Violência e Violência Contra Mulher – Definições e Redefinições

De modo corriqueiro falar sobre violência, é compreendê-la enquanto imposição à outra pessoa para fazer algo contra a sua vontade, através da utilização da força física, psicológica ou intelectual, na perspectiva de intimidar, constranger, amedrontar, privar a liberdade e a possibilidade de manifestar as vontades. Essa concepção presume a violência como um modo de coação.

Considerando essa problemática, pode-se compreendê-la enquanto mecanismo de restrição de liberdade, tanto de um indivíduo, quanto de um grupo, através da repressão ou ofensa seja estas de ordem física ou moral. O termo violência possui vários significados, dentre tantos conceitos, destaca-se a violência de gênero e violência contra a mulher, cujos significados dependem da relação em que estão envolvidas.

No que se refere à violência de gênero esta pode ser compreendida enquanto relação de poder perpetrada por homem ou mulher, uma vez que vai depender do contexto e da relação em que a violência está presente. Nesse sentido, de acordo com Saffioti (2004): tanto pode ocorrer a violência de homem para homem, quanto

de mulher para mulher, mas a relação mais comum é de homem contra mulher. Visto que essa realidade seja decorrente da supremacia dada ao homem em detrimento da mulher. Face ao exposto, é preciso comentar ainda, sobre a violência contra a mulher, uma vez que se difere da violência de gênero, pois esta deixa implícita quem é a vítima diferentemente da primeira, que evidencia o alvo que é efetuado a prática violenta.

Por tudo isso, pode se compreender que o uso do termo violência contra a mulher, se refere à determinação do alvo da violência, de modo que essa ação violenta se destina a mulher, simplesmente pela sua condição de mulher. Essa demonstração de violência se constitui pela dominação e opressão da mulher, cometidas pelo homem a partir da primazia masculina. É preciso compreender que a violência contra a mulher obteve destaque no cenário brasileiro, a partir das denúncias feitas pelos movimentos feministas que trouxeram e trazem para a sociedade a revelação de quão perigoso é o lar, pois é no domicílio que ocorrem o maior número de atitudes violentas contra as mulheres.

A violência contra a mulher se faz mais presente no espaço doméstico, há de convir o reconhecimento da Constituição Federal no que se refere à violência nas relações familiares, que expressa, no art. 226, § 8º - “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

É pertinente destacar que a prática de violência contra as mulheres está tão arraigada nas relações dos indivíduos, que consideram natural a conduta violenta, promovendo dessa forma a dificuldade de se fazer à denúncia e implantação de serviços e instituições que trabalhem no enfrentamento para o fim dessa prática.

2.2 A Violência de Gênero nas Relações Conjugais – Revisitando um Campo de Forças

O Antropólogo Lewis Morgan no século XX caracteriza o desenvolvimento da espécie humana dos primórdios até a civilização, na sua ótica, o progresso da humanidade é constituído através de três estágios pré-históricos: Selvagem; Barbárie; Civilização. Para a Toledo:

O que caracterizava, de maneira geral, as sociedades primordiais era o fato de homens e mulheres não se terem emancipado com relação à natureza. Dependiam dela para sua sobrevivência; não interferiam nela e não tinham nenhum qualquer controle sobre ela (TOLEDO 2008, p. 34).

Em seus estudos, Morgan chega à conclusão de que houve uma época em que era corriqueira, no seio da tribo, a promiscuidade do sexo, a partir de um sistema de consanguinidade, uma vez que cada mulher pertencia de forma igual a todos os homens, e estes, a todas àquelas, desta situação primitiva, possivelmente bem cedo, originou-se a família. De acordo com Morgan, o processo de desenvolvimento da humanidade é constituído de três estágios, correspondendo por sua vez, a três moldes de família: Família Consanguínea; Família Punaluana; Família Sindiásmica.

Entende-se por Família Consanguínea aquela cujos membros podem se relacionar entre si, de acordo com o grau de geração. A Família Punaluana difere-se da consanguínea e sua característica principal é a proibição do relacionamento entre pais e filhos e entre irmãos, sendo que a consanguinidade de primos e primas são considerados irmãos e irmãs.

No que se refere a matrimônio por grupos, pode-se dizer que já havia a presença de uniões por pares, de permanência relativa, em que tanto o homem quanto a mulher tinham um (a) companheiro (a) principal entre tantos (a) outros (as). Essas sociedades eram consideradas maternas e o direito é materno. De acordo com Toledo (2008, p.26): “Em todas as partes onde existia o matrimônio por grupos, a descendência só podia ser demonstrada pela linha materna e, portanto, só se reconhecia a filiação feminina”.

A exigência da fidelidade feminina nasce com a família sindiásmica, esse modelo de família obrigava a mulher a ser fiel, caso contrário, essa seria cruelmente castigada, porém a infidelidade masculina continuava – e continua a existir – como normal e como direito, com uma particular característica dos modelos familiares citados acima, a linhagem era mantida pela matricialidade. Todas as formas de famílias precedentes até à origem da família sindiásmica, prevaleceu sob a lógica do comunismo primitivo, na qual as mulheres tinham todo o respeito da comunidade, por ser procriadora e também mantenedora do controle dos alimentos, existiam indícios da divisão sexual do trabalho, em que as mulheres eram responsáveis pela coleta de vegetais e os homens pela caça de animais.

Em linhas gerais, essa divisão de trabalho entre os sexos, aprendida desde criança com os pais, pode ser considerada como protótipo da divisão social do trabalho. A passagem do matrimônio sindiásmico para o monogâmico se desenvolveu a partir da necessidade de proteger e solidificar a propriedade, uma vez que só se reconhecia a descendência materna, e tornava-se imperioso o reconhecimento da descendência paterna. Reed (2008, p.42) escreve o seguinte: “Agora, a propriedade era somente do pai individual, e era transmitida, dentro da linhagem familiar, de pai para filho”.

Engels em seu livro “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, escrito a partir dos estudos de Morgan, apresenta como se formou a família, descrevendo suas fases ao longo do desenvolvimento da humanidade.

A família é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente (MORGAN *apud* ENGELS, 2005, p.30).

Há de convir, que gradativamente o homem passa a ganhar mais importância, através da ampliação das suas riquezas, evento que interfere no direito de herança e hereditariedade, promovendo de forma semelhante, a extinção do direito materno e originando o direito paterno.

O homem era também o proprietário da nova fonte de alimentação, o rebanho. Na medida em que aumentava a riqueza, por um lado, o homem assumia uma posição mais importante na família e, por outro lado, surgia a necessidade de manter a riqueza no seio familiar. Para isso, era necessário romper com a filiação de direito materno e o matrimônio por grupos e incentivar a ascensão do direito paterno e da monogamia (TOLEDO 2008, p.28).

A mulher ainda vive, nos dias atuais, num clima de opressão e submissão, sendo alvo da violência em suas mais variadas formas. Além disso, está bem longe da prática a tão alegada igualdade de direitos entre homens e mulheres. Esse fenômeno é mundial, mesmo em países considerados de primeiro mundo, em que o progresso intelectual e econômico é notório, a discriminação é uma realidade.

2.3 A Dimensão Política do Fenômeno da Violência Contra Mulher

A questão do aborto, da violência doméstica, das relações de poder na família eram assuntos considerados do âmbito privado e, como tal, fora da esfera política. É com o movimento feminista que ocorre a politização do privado, trazendo para a esfera pública, questionando assim o esquema de desigualdade

Com referência as ações políticas das mulheres, destacam-se o feminismo radical, este acredita que a origem da opressão feminina, está inserida nas relações patriarcais, um sistema que estabelece e regula os papéis de gênero, promovendo relações de desigualdade e subjugação.

Dessa forma, compreende o problema da opressão feminina como estrutural e tem como proposta o ataque nessa estrutura e a defesa da igualdade de gênero. As radicais entendem o patriarcado como provedor original de toda opressão, um sistema de poder, que organiza as relações, através de um conjunto de ideias expressado através da suposta inferioridade feminina e superioridade masculina.

Diferentemente do conceito de gênero na perspectiva radical, o feminismo marxista, se refere à eliminação do sistema capitalista e implantação do sistema socialista como única forma de libertação feminina, uma vez que o capitalismo remete a desigualdade da mulher e as várias expressões dela decorrentes. Em linhas gerais, acredita-se que o modo de produção é o principal determinante para a desigualdade de gênero uma vez que se divide a sociedade em classes e utiliza a opressão como manutenção dos interesses do capital.

Essa perspectiva critica a análises centradas sobre a vitimização das mulheres e sobre a patologia do comportamento masculino, reforçando o patriarcado como eixo explicativo de todas as formas de subordinação do gênero feminino (Queiroz 2008, p.28).

A partir de manifestações nas ruas em busca de reconhecimento e efetivação de seus direitos, os movimentos feministas reconfiguram o poder político, através de questionamentos de como e onde é desempenhado e estabelecem novas formas de exercício desse poder. Uma vez que através dessa pressão, àquele reconheceu o espaço privado como lugar também de intervenção. Souza afirma: “Para as feministas, o privado é o lugar de privação e deve ser politizado” (2001, p.199).

A construção de uma agenda de reivindicações ao Estado concentrou os esforços do movimento feminista brasileiro no período democrático. A criação de instituições públicas especializadas no atendimento das mulheres nessas áreas foi resultado de um longo processo de pressão e negociação com o Estado (MORAES, 2009, p.12).

A isto se deve acrescentar que as feministas além de denunciarem os assassinatos de mulheres pelos seus maridos e companheiros e a impunidade dos quais faziam uso, elas lutavam pelo reconhecimento da necessidade de julgamentos mais sérios e penas mais apropriadas para os crimes, na perspectiva da justiça e da impessoalidade, uma vez que se fazia uso de alegações de **“legítima defesa da honra”** e da **“violenta emoção”** promovendo assim a absolvição de maridos assassinos.

Dessa forma, os movimentos feministas pertencentes à América Latina, mais precisamente ao cenário brasileiro, principiam ativamente no início da década de 1970 - em pleno regime ditatorial, período de intensa repressão, a denúncia das opressões, a reivindicação do direito de uma sociedade mais justa e humana, e a supressão da discriminação e desigualdade. A partir disso, o período da década de 1970 é marcado por vários eventos que deram espaço não somente a “questão da mulher”, mas também a outros segmentos.

No que se refere a “questão da mulher”, o seu auge é expresso no surgimento da categoria gênero, cuja obtenção se deu através da iniciação dos estudos universitários que por sua vez, chega à conclusão que o termo “gênero” se configura das relações sociais e culturalmente construídas em que atribui o poder a alguém, conduzindo a desigualdade social.

Somando-se a isto, está também o descaso das autoridades policiais, apresentado no momento da denúncia, através de discursos preconceituosos quando geralmente compreendem a prática da violência contra a mulher como algo intrínseco do convívio conjugal, culpabilizando a vítima, negando a possibilidade de interferir nessa situação. Essa prática demonstra a legitimação por parte dos policiais, uma vez que sua atitude de naturalização, conclui-se assim na possibilidade de tornar a mulher ainda mais discriminada e inferiorizada.

Desestimulada pelo policial em relação ao enfrentamento jurídico da situação e tratada como cidadã de segunda categoria, a mulher é remetida de volta ao lugar de onde não deveria ter ousado sair – o mundo doméstico (SILVA, 1992, p.81).

Ainda no que diz respeito ao trabalho das autoridades policiais, a mulher teme fazer a denúncia, por que na maioria das vezes não é resolvido nada além do registro do Boletim de Ocorrência – BO, sendo assim, quando o marido ou companheiro descobre que a mulher o denunciou aumenta ainda mais o nível de agressões contra ela.

Outra situação interessante particular a mulher é a questão da esperança de mudança do comportamento violento do homem, uma vez que essa atitude colabora para a naturalização e acomodação da relação violenta, promovendo assim o ciclo da violência que será esclarecido posteriormente.

Mais um ponto que precisa ser mencionado se refere ao registro e tentativa de retirada da queixa por parte da mulher agredida, que se estende por várias explicações, seja por pressão dos filhos familiares ou amigos, por questão de arrependimento, por ocorrência de ameaças.

Cumprе frisar que, ao se referir sobre a violência contra a mulher, faz-se necessário compreender que ela não se restringe a uma única classe, mas que está presente em todas, uma vez que tanto a mulher pobre, quanto à rica sofre dessa prática violenta em detrimento da questão financeira, da perda do *status*, patrimônio, da dependência financeira, exposição pública, dependência emocional e demais fatores externos.

Convém sublinhar que há formas de violência só possíveis entre os ricos. Haja vista o uso do patrimônio, que os homens fazem para subjugar suas mulheres. A ameaça permanente de empobrecimento induz muitas mulheres a suportar humilhações e outras formas de violência (SAFFIOTI, 2004, p.83).

Outra questão importante se refere à dependência emocional da mulher em relação ao homem, uma vez que, ela geralmente é responsável financeiramente pelas despesas da casa, tem seu emprego, sua autonomia, sua liberdade, mas mesmo assim não consegue se libertar do companheiro que só lhe agride.

2.4 Políticas Sociais de Enfrentamento a Violência Contra Mulher

A existência da Lei Maria da Penha como destinada exclusivamente as mulheres é resultado dos mais de 20 anos de luta do Movimento Feminista e particularmente de Maria da Penha, mulher cearense que em 1983 foi vitimizada por seu companheiro em duas tentativas de assassinato, que lhe rederam gravíssimas seqüelas e uma luta continua contra a brutalidade humana e contra a negligência e passividade do Estado.

Assim em 07 de agosto de 2006 é sancionada por determinações internacionais a lei de número 11.340 na tentativa de extinguir preceitos de que questões familiares são resolvidas entre quatro paredes. A lei modifica as tipificações dos crimes e procedimentos utilizados para eles. A violência intra-familiar contra mulher é minuciosamente explicitada como violação dos Direitos Humanos, provoca alterações no Código Penal brasileiro permitindo que agressores de mulheres sejam presos em flagrante ou que tenha sua prisão decretada caso revele-se como risco para a integridade física e moral das mulheres.

Essa legislação entra em vigor em setembro de 2006, cria ainda, um mecanismo de denúncia exclusivo a essa violência – a Central de Atendimento a Mulher, para auxiliar e orientar mulheres em situação de violência a conhecerem seus direitos e os serviços disponíveis nas variadas regiões do país.

A legislação 11.340 tipifica e defini a violência doméstica e familiar contra mulher, estabelecem quais são as formas de violência, não discrimina sob nenhuma forma, raça, etnia, cor, credo ou orientação sexual e extingui as chamadas penas pecuniárias. Com a Lei Maria da Penha a mulher não será mais a portadora da intimação, e ainda será informada de todos os procedimentos e trajetória processuais tendo ela o direito ao acompanhamento de advogado ou defensor público.

A prisão é determinada conforme os riscos que o parceiro representa para mulher, ou seja, provocando assim uma alteração no Código de Processo Penal, vale destacar que a Lei determina a obrigatoriedade dos agressores a espaços de reabilitação a tentativa educativa e não apenas punitiva da pena, cria juzizados exclusivos para o atendimento a mulheres em situação de violência, aumento de pena pela a condição de vulnerabilidade da vítima, aumento de 1/3 caso a vítima seja deficiente, preocupa-se com o tratamento que será dado a estas mulheres pela

as autoridades policiais, tipifica a atuação dos policiais e apresenta determinações de ordem judicial, que explicita a concessão de medidas protetivas em até 48 horas, além de prisão preventiva e julgamento com penas com variância de 03 meses a 03 anos de detenção.

A Política de Assistência Social aparece também como contributo para o fim da violência e atua na prevenção e apoio as pessoas cujos direitos foram de algum modo violados. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS apresenta uma reordenação na Política de Assistência Social – PNAS por níveis de proteção social básica e proteção social especial no intuito de proteger vítimas de violência, agressões e as pessoas com “contingências pessoais e sociais”, no intuito de garantir a autonomia, reduzir as ocorrências de riscos, os agravamentos e a reincidência com a finalidade de reduzir e eliminar as violações dos Direitos Humanos e Sociais e se preocupa em desenvolver ações para indivíduos e suas famílias.

A família constitui a instância básica, na qual o sentimento de pertencimento e identidade social é desenvolvido e mantido e, também, são transmitidos os valores e condutas pessoais. Apresenta certa pluralidade de relações interpessoais e diversidades culturais, que devem ser reconhecidas e respeitadas, em uma rede de vínculos comunitários, segundo o grupo social em que esta inserida (SIMÕES, 2009, p. 185).

Nesse sentido, são evidenciadas diversas dificuldades no que se refere à proteção básica dos sujeitos e suas famílias, proporcionando assim a fragilidade dos seus vínculos simbólicos e afetivos. Uma vez que, a vida dessas famílias necessita ser compreendida a partir de seu contexto cultural, de modo que não é conduzida apenas pelas influências dos determinantes socioeconômicos e da necessidade de sobrevivência.

Torna-se evidente a necessidade do empenho nas análises das origens e dos resultados da situação de risco do indivíduo e da dificuldade deste em se manter numa situação mais organizada e apropriada.

A atuação frente às famílias e sujeitos em situação de vulnerabilidade ou risco social precisa promover desde o encaminhamento para o acesso tanto de serviços de apoio e sobrevivência, quanto à inclusão nas redes sociais de atendimento.

A Proteção Social é compreendida enquanto importante instrumento que garante a inclusão a todos os indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de risco social, inserindo-os na rede de Proteção Social adequada. Cabe esclarecer, que a Proteção Social é hierarquizada em Básica e Especial determinada pela as situações de risco e vulnerabilidade pessoal e social, que obviamente demandarão intervenções em problemas exclusivos ou abrangentes.

Dessa maneira, é fundamental o desencadeamento de habilidades para motivar a atenção sócio-familiar, na perspectiva de reestruturar e potencializar os vínculos da família a partir da instituição de novos referenciais morais e afetivos, de modo que condicione o fortalecimento dos laços e, juntamente com a organização institucional possibilite o desenvolvimento das funções de proteção básica e consequentemente condicione a uma autonomia dos sujeitos.

É preciso entender a Proteção Social Especial quanto modalidade de atendimento assistencial para as famílias e indivíduos que vivem em situação de risco pessoal e social, cujos fatores determinantes se expressam de diferentes maneiras: pela ocorrência de abandono; pelos maus-tratos físicos e/ou psíquicos; pelo abuso sexual; situação de rua; entre outras. Os serviços da Proteção Social Especial se diferem a partir de suas dimensões. De modo que é composta pelos serviços de média e alta complexidade.

São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e ou, de acompanhamento sistemático e monitorado (BRASIL, 2005, p. 38).

Os serviços de média complexidade oferecem atendimentos para as famílias e para os indivíduos que tiveram seus direitos violados, porém os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Neste sentido, demandam maior flexibilidade nas soluções protetivas, um atendimento especializado, em ambiente estruturado e que possibilite qualidade na atenção de modo mais individualizado.

Face ao exposto, convém mencionar que a Proteção Social Especial é desenvolvida nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social –

CREAS, constituído quanto pólo de referência, que coordena e articula a proteção social especial de média complexidade.

O CREAS pode ser entendido como unidades de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, compreendidos por violência física, sexual, psicológica, exploração sexual, negligência, ocorrência de abandono, situação de rua, drogadição, vivência de trabalho infantil, e outras formas de submissão a situações que provocam danos e agravos a condição de vida e impedem os sujeitos de usufruir autonomia e bem-estar.

O público alvo do CREAS compreende: crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência e suas famílias, que vivenciam situações de ameaça e violações de direitos. O atendimento desses indivíduos é feito no próprio equipamento social, ou pelo deslocamento da equipe de profissionais para as comunidades ou domicílios.

III CAPÍTULO - A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A IMPOSSIBILIDADE DE CONJUGAR AMOR E DOR

3.1 A Metodologia

O presente estudo é orientado pela perspectiva materialista-histórico-dialética, uma vez que a teoria social crítica se faz hegemônica no interior da categoria profissional do Serviço Social, é correto afirmar que esta compreende a realidade, uma vez que se relaciona com a descrição das condições determinantes.

Faz-se necessário a apreensão do método não enquanto modelo/roteiro a ser seguido, mas enquanto processo de conhecimento, processo este, essencial para transcorrer do real aparente à realidade concreta, e, desvendar todas as suas determinações, proporcionando assim, como se pode concluir, uma intervenção caracterizada na perspectiva de viabilização dos direitos.

Para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação. [...] O método implica, pois, para Marx, uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (NETTO, 2009, p.688-689 grifos do autor).

Dessa forma, o estudo tem caráter qualitativo e quantitativo, por se deter a aspectos subjetivos e objetivos, uma vez que tanto se levam em consideração acontecimentos, pensamentos, desejos, religiões, anseios, enfim, busca destacar as subjetividades dos indivíduos, presente também no campo do simbólico e afetivo, de modo que essa particularidade também revela mais amplamente, as características dos processos sociais, adicionando também o caráter objetivo no que se refere a evidencia dos dados coletados. Pode-se concluir que, a utilização simultânea dos dois métodos se faz necessária para a condução de resultados respeitáveis sobre a realidade social.

Cabe ressaltar que o método qualitativo, especificidade das ciências sociais, proporciona uma descrição minuciosa, condiz com a intenção da pesquisa, visto que

esta pretende apreender os significados sócios históricos da violência contra a mulher perpetrada por parceiros íntimos

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2007, p.57).

No que concerne ao método quantitativo, este, se refere somente uma análise superficial da classificação de dados, números, uma vez que não considera os por quês dos aspectos da realidade, além disso, utilizam instrumentos estruturados, tais como: formulários, questionários, fichas, seus resultados são mais concretos e, portanto, menos passíveis de erros de interpretação.

Ainda na tipificação da pesquisa, cumpre frisar que ela também se configura, como pesquisa de campo, em razão de ser primordial para uma melhor articulação e interação com as informações a serem colhidas, visto que estas serão estabelecidas através dos instrumentos: Formulário e Roteiro para análise documental.

Roteiro, portanto, é sempre um guia, nunca um obstáculo, não devendo prever todas as situações e condições de trabalho de campo. É dentro dessa visão que deve ser elaborado e usado, facilitando a emergência de temas novos durante o trabalho de campo, provocados por seu questionamento (MINAYO 2007, p.190 - grifos do autor).

Nesse caso, a técnica utilizada para absorver as informações pretendidas, é referenciada como Formulário, em que a pesquisadora em todas as fases da pesquisa tem como pressuposto, direcionar a captura de informações de forma rígida e peculiar, proporcionando a tabulação e interpretação dos dados através de gráficos e tabelas estatísticas.

De acordo com Cervo e Bervian (2002, p.49): “Formulário é uma lista informal, catálogo ou inventário, destinado à coleta de dados resultantes quer de observações, quer de interrogações, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador”.

A referida técnica citada é de suma importância no que concerne a obtenção das informações desejadas. Pois à investigadora, cabe buscar da melhor maneira

possível, instrumentos que tornem seu trabalho mais eficaz e realizado em menor tempo, e que dessa forma não implique nos resultados das informações.

Convém ressaltar que todos os dados colhidos serão socializados de maneira coerente, tendo a função de preservar a autenticidade dos dados, sem a presença de deturpações, bem como da não identificação da usuária, ou seja, somente será revelada através de uma identificação fictícia, procurando manter o sigilo, à guisa de demonstrar o compromisso com os princípios éticos-políticos da pesquisa.

3.2 A Descrição do Campo de Estágio e o *Locus* da Pesquisa

A resolução 145/04 da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) especifica os serviços de média complexidade como sendo aqueles destinados a indivíduos e família em situação de violação de direitos, ainda com certa particularidade, “os vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos”.

Assim, a necessidade de maior atenção especializada, individualizada e com maior acompanhamento para com esses indivíduos e suas famílias demanda uma estruturação técnico-operacional específica prestada pelo o CREAS com atendimento de plantão social, orientação e apoio sociofamiliar, abordagem de rua e cuidados a domicílio.

O CREAS como integrante do SUAS é pólo de referência que coordena e articula a proteção social de média complexidade responsável pela oferta e apoio especializado e continuado. Unidade pública estatal de prestação de serviço especializado na perspectiva de integração de referência e contra-referência com a rede de serviços socioassistenciais de proteção social com as demais políticas públicas, oferta aos (as) usuários (as) acompanhamento técnico especializado, desenvolvido por uma equipe multiprofissional, de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e possibilitar a reparação da situação de violência.

A atuação do CREAS materializa-se por meio dos seguintes objetivos: promover o fortalecimento das redes sociais de apoio à família; cooperar no combate a estigmas e preconceitos; assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência, na perspectiva de

manutenção de sua integridade física, mental e social; prevenir o abandono; fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família.

Os serviços do CREAS funcionam através da estreita articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras organizações de defesa de direitos, com os demais serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, na perspectiva de estruturar uma rede efetiva de proteção social. Realiza serviços de orientação e acompanhamento psicossocial e jurídico às famílias e ao conjunto dos seus membros, com seus direitos violados, atividades que promovam o desenvolvimento e fortalecimento dos vínculos familiares, as potencialidades e habilidades do conjunto dos seus membros, assim como também, a identificação e abordagem das pessoas em situação de risco social, por meio da busca ativa, mobilização e articulação com instituições que executam atividades com crianças, adolescentes e famílias nas áreas de abrangência dos CREAS.

Em linhas gerais, o CREAS constitui-se numa unidade de serviço público estatal, cuja responsabilidade se remete a oferta de atendimento especializado de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

3.3 Análise do Fenômeno da Violência Contra Mulher na Cidade de Juazeiro do Norte - CE

Modelos, papéis, relacionamentos entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens está no plano institucional, simbólico e subjetivo. O modelo predominante é o da organização da família patriarcal, da relação heterossexual, da chefia masculina, da submissão de filhos e da mulher ao pai e marido, do comportamento sexual, etc.

A partir do cristianismo dominante a mulher é considerada mais frágil e sem capacidade de autonomia: precisa ser vigiada, protegida, guiada, policiada, por que, a qualquer momento pode fazer qualquer coisa errada como Eva, que pecou e levou seu marido ao pecado.

Nesse sentido, a violência contra as mulheres é legitimada de modo sutil através da força ideológica de afirmação de valores culturais e morais. A nossa cultura foi fortemente influenciada pela visão cristã do mundo e por consequência do papel que mulheres e homens desempenham nela. Nas diferentes igrejas que

compõem o cenário religioso nacional e em especial em Juazeiro do Norte – Ce, haja vista ser uma cidade extremamente religiosa, as mulheres são sobretudo, servidoras e subordinadas, tendo pouco acesso às esferas de decisão.

Assim, podemos compreender que a Religião, legitima e naturaliza a violência através de argumentos de que as mulheres devem ser fiéis, pacientes e dedicadas à manutenção do relacionamento conjugal. Dessa maneira, diante da idéia de um sacramento perene, como é considerado o casamento, passam toda a sua vida submetida a uma relação violenta com seus companheiros.

No que se refere a violência contra a mulher, foi feita uma análise das mulheres atendidas no CREAS, que vivem relação conjugal e sofrem violência de seus companheiros, no período que se refere a setembro de 2010 a março de 2011. A análise permitiu a construção de gráficos cuja descrição é feita a partir do gráfico I até ao gráfico XI.

Observamos no Gráfico I, que o maior percentual, de 37% das mulheres em situação de violência, está na faixa etária entre 17 e 25 anos. No que se refere ao Gráfico II, à relação conjugal das mulheres mostra-se com porcentagens semelhantes, uma vez que 50% apresentam-se casadas e 50% em união estável. No Gráfico III, analisa-se que a quantidade de filhos das mulheres em situação de violência, está em torno de 3 ou 4, cujo percentual é de 37%.

No Gráfico IV, no que se refere a porcentagem de 100%, foi visto que 37% do núcleo familiar das mulheres analisadas, é composto por 4 ou 5 pessoas. No Gráfico V, foi percebido o comprometimento da pesquisa, visto que 50% das fichas analisadas estavam incompletas no que se refere à escolaridade e somente 25% das mulheres se consideram analfabetas.

No gráfico VI 100% das fichas analisadas, mostravam que a ocupação exercida pelas mulheres, é a de dona de casa. Já acerca da renda salarial, no Gráfico VII, observa-se que 100% delas, recebem até um salário mínimo.

A área do município representada pelo gráfico VIII mostra que 100% das mulheres analisadas moram na zona urbana.

O gráfico IX, demonstra que o maior índice analisado acerca da violência contra as mulheres atendidas no CREAS, no período de Setembro de 2010 a Março de 2011, é de 25% no bairro Aeroporto.

No que se refere ao Gráfico X, da pessoa denunciante, a vítima é a que mais se apresenta, cujo percentual de 100% é demonstrado em 50%. O Gráfico XI

representa os tipos de violência e a que mais ocorre, é a violência física e psicológica, representada em 75% das fichas analisadas.

Ainda na análise dos gráficos, foi feita a representação dos agressores das mulheres, a partir do perfil socioeconômicos expressados pelos gráficos do XII ao XVIII a seguir:

O perfil do agressor é composto a partir das análises das fichas, e no Gráfico XII, é representado que no percentual de 100%, 38% dos homens entre 53 a 61 anos e 38% das fichas apresentam-se incompletas, o que favorece o comprometimento da análise.

O gráfico XIII, representa o vínculo conjugal dos agressores, podendo ser compreendidos 50% enquanto maridos e 50% por companheiros. A análise da escolaridade dos agressores representadas no Gráfico XIV foi comprometida, uma vez que do percentual de 100% das fichas, 50% apresentavam-se incompletas.

Outro fator de comprometimento da pesquisa se refere ao gráfico XV, que representa a ocupação dos agressores. Sendo assim, dos 100% das fichas, 38% apresentam-se incompletas.

No gráfico XVI, que abrange a renda salarial, este compreende que 100% dos agressores recebem até um salário.

No percentual de 100% das fichas analisadas, no que concerne ao uso de bebidas, representado pelo Gráfico XVII, este é formado por 50%, logo, acerca do uso de drogas, no Gráfico XVIII, o maior índice, é representado pelo percentual de 62% que não fazem uso de substâncias psicoativas.

É comum que se repita o seguinte ditado popular: “Ruim com ele, pior sem ele”. Aí está a “sagrada família”, que tem sido um lugar privilegiado do exercício da violência, haja vista as mulheres serem socializadas para a submissão e subserviência ao homem, vivem na relação violenta, cabendo esclarecer que o termo violência é tomado em sentido amplo, para abranger todas as formas. O homem se acha superior à mulher em inteligência, capaz de fazer com melhor qualidade as coisas relacionadas com as atividades intelectuais, que exigem raciocínio lógico, e que a mulher além de inferior intelectualmente deve ser submissa. É a predominância do jogo de poder do qual ainda não se liberou. Detentor de um profundo egoísmo, o homem quer ser servido e vê na mulher uma serviçal para as tarefas consideradas inferiores como cozinhar e lavar roupas, cuidar da casa e dos filhos, além de transformá-la em objeto de seus desejos e prazeres

sexuais, desconsiderando os desejos, os prazeres e o bem estar dela. Nesse sentido, é demonstrado a seguir a análise das diversas formas que a violência abrange no que se refere às mulheres atendidas no CREAS de Setembro de 2010 a Março de 2011.

Vítima encaminhada ao CREAS pelo CRAS II, por ser vítima de violência física. Tentou prestar queixa por duas vezes e não conseguiu, tendo que recorrer diretamente ao poder judiciário. Atualmente o ex-companheiro está preso por ter matado uma pessoa a mando de outra. O agressor trabalha e existe determinação judicial de afastamento do lar e pensão alimentícia. Por estar preso a mãe necessita de advogado para peticionar acerca da pensão. Foi encaminhada para defensoria pública (ANA)

Percebe-se nessa denúncia o descaso no que concerne ao atendimento da mulher em situação de violência, torna-se evidente a necessidade de atenção por parte dos profissionais dos órgãos especializados, cujas responsabilidades se instituem desde o preenchimento completo das fichas dos usuários, até o atendimento adequado da sua demanda na perspectiva de buscar uma solução mais apropriada para o problema. Haja vista, o processo da denúncia por si só, apresentar inúmeras restrições, compreendidas pelo medo das consequências da denúncia, limitações no âmbito das instituições e nas políticas de enfrentamento a violência.

Mulher vive em completo conflito familiar vindo de violência física por parte do esposo, possui um filho dependente químico e outro homossexual. A mesma se encontra em depressão e bastante nervosa. Pede um atendimento psicológico. Encaminhada para psicóloga. (MARIA)

A violência contra a mulher se configura de múltiplas formas compreendidas enquanto relações de poder e opressão, que consiste nas atitudes de machucar, denegrir, humilhar, a mulher. A violência contra a mulher na última década passou a ser questão de saúde pública, uma vez que seus efeitos incidem diretamente na saúde física, psíquica e reprodutiva das mulheres, se apresentando claramente nos ambientes hospitalares nas ocorrências de mulheres machucadas, queimadas, com membros e costelas quebradas. Além disso, a enorme quantidade de mulheres que se encontram num quadro de depressão decorrente das violências que sofrem ou

sofreram, tendo que se submeterem ao uso de consultas psicológicas e medicamentos controlados.

A mãe da vítima relata que a filha vive com um rapaz que a ameaça se deixá-lo (JOSEFA).

A falta de detalhamento da ficha impossibilita a construção de uma análise mais profunda e dessa forma surge à seguinte indagação: Se houve desatenção do profissional que atendeu essa usuária e por isso não preencheu a ficha completamente, (que já é limitada), ou se a usuária não quis responder as perguntas do profissional? Além disso, fica em aberto qual o procedimento e para quais equipamentos sociais foi encaminhada. De modo institucional, presencia-se a não atenção dos profissionais no preenchimento das fichas, que pode tanto comprometer o atendimento institucional, a qualidade do serviço prestado ao usuário, os atendimentos em rede necessários a resolutividade dos problemas e ainda revela o caráter de descompromisso do profissional.

Agente de Saúde do PSF do Franciscano fez denúncia que Senhora vive em cárcere privado. Na primeira visita o casal não está em casa e a vizinha relatou que mesmo quando estavam em casa o marido não deixava ninguém entrar e que era muito agressivo. Na segunda visita, o casal estava em casa, o marido é bastante nervoso e hipertenso, toma medicação por conta própria e é resistente ao diálogo (PAGU).

Através dos estudos da mulher, veiculados pelas feministas a partir de 1970, torna-se visível a violência contra a mulher e todas as suas consequências antes reclusas ao espaço doméstico. Na realidade, este problema estabelece um conjunto de práticas diferenciadas entre si de proporções diversas. Dessa forma, nessa ficha, percebe-se uma senhora idosa que vive sob o jugo do marido opressivo, cujo comportamento é composto pela agressão e intransigência. Além de tudo isso, fica claro a permanência da senhora na situação da violência, uma vez que não foi tomada nenhuma atitude para solucionar essa realidade.

Mulher encaminhada através da DEAM, vítima de maus tratos e ameaças do companheiro. Na noite anterior, o mesmo a ameaçou com um facão. Vítima foi encaminhada ao abrigo para passar a noite e no dia seguinte ser encaminhada para a casa de algum parente.

Feito contato com um irmão, este aceitou recebê-la em sua casa. A vítima se comprometeu em ir à escola da filha para solicitar a transferência escolar para uma escola perto da casa do irmão (FLORA).

O enfrentamento da violência contra a mulher pode ser fortalecido através da articulação da rede sócio-assistencial, sendo necessária também a implantação de casas abrigos, de modo que muitas das mulheres em situação de violência quando fazem a denúncia não tem lugar pra ir juntamente com seus filhos (as), uma vez que seus maridos ou companheiros estão em casa e existe a possibilidade de piorar a situação quando descobrirem que foram denunciados.

A vítima procurou o CREAS a fim de se informar quais os procedimentos devem seguir, pois há alguns anos sofre violência por parte do companheiro e quer se separar dele. Disse também, que além das agressões verbais e físicas, o companheiro se recusa a comprar alimentos para a família. A usuária foi orientada a procurar a DEAM para fazer um B.O contra o companheiro e dar entrada no pedido de divórcio e de pensão alimentícia (MARGARIDA).

O CREAS enquanto equipamento social cujas funções se referem também ao enfrentamento das formas de violência contra as mulheres e a viabilização de seus direitos, para tanto se faz necessário o atendimento dos profissionais especializados para as (os) usuárias (os) no sentido de orientá-las (os) direcionando nas possíveis ações.

Denúncia feita por telefone. Vítima vive com o agressor há onze anos. Tem sete filhos e está grávida de nove meses. Agrida a companheira e os filhos por qualquer motivo. Já foi denunciado duas vezes na DEAM. Bateu no filho de pau que feriu. Não tem contato com vizinhos. Quando ele recebeu a solicitação de comparecimento foi embora com medo de ir preso, por já ter problemas com a justiça. A vítima confirmou as agressões, mostrou uma cicatriz no braço de uma facada que ele deu e que tem muito medo dele. A mulher está desesperada, pois além de ter sete filhos ainda está grávida. Depende dele desde o aluguel à sobrevivência da família. Informou que os dois filhos mais velhos estudam e são registrados, os outros cinco estão fora da escola por que falta a certidão de nascimento e o pai nunca quis registrá-los. A vítima não recebe benefício do Governo Federal, não tem nenhum documento porque o companheiro destruiu todos. O pai às vezes é carinhoso com os filhos, mas também é muito agressivo e ameaça a todos que estiver por perto (OLÍVIA).

Nessa denúncia fica demonstrada o sentimento de posse em relação à mulher e aos filhos e nesse sentido, o homem pode fazer com eles o que quiser, utilizando o poder que lhe é dado de modo arbitrário e que coloca a mulher e os filhos na situação de subserviência e caso saiam dessa condição que lhe são impostas, devem pagar o preço de sua teimosia através da violência. No que se refere à denúncia, presencia-se o descaso das autoridades, uma vez que foi feita por duas vezes e não obteve nenhuma solução, desse modo deve-se considerar o fato de a vítima ter medo denunciar seu agressor porque como é retratado nesse caso, as autoridades responsáveis não tomaram as devidas atitudes e a mulher continuou na situação de violência.

Outra questão que impede a denúncia e que é comprovada aqui é a dependência financeira, em que as mulheres por não ter condições materiais de sobrevivência se submetem a violência. Em termos da violência, além de ser física e psicológica, também se evidencia a patrimonial, no que concerne a documentação, haja vista a negação do pai em registrar os filhos e a destruição dos documentos da vítima, que dificulta tanto o ingresso dos filhos na escola, quanto o recebimento de benefícios governamentais.

Vítima encaminhada ao CREAS pelo Conselho Tutelar. A vítima conta que viveu com o companheiro por quase 15 anos e que durante esse tempo sofreu vários tipos de violência: pedradas na cabeça, foiçadas no braço, maus-tratos e violência psicológica. Que os filhos presenciaram todas às vezes e hoje demonstram as consequências das violências sofridas: mau comportamento e mal educados. Atualmente está residindo na casa de um irmão, mas este não está mais suportando essa situação (ROSA).

A partir dessa denúncia, podem-se perceber as terríveis consequências que a violência pode desencadear, haja vista, a repercussão no comportamento dos filhos, que demonstram a falta de obediência aos adultos. Outro fator importante se destaca no período de convivência com o agressor e a violência, que se tornou prática rotineira, em que a violência se constitui enquanto ciclo, por ser composta por três fases, a acumulação de tensão, explosão da tensão e lua de mel.

As fichas analisadas subsidiaram a construção de um perfil das mulheres juazeirenses em situação de violência, no período de setembro de 2010 a março de

2011. Na perspectiva de expor claramente foi construído duas tabelas e dezoito gráficos, ver em anexos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição de subordinação da mulher foi desnaturalizada enquanto característica intrínseca através dos estudos marxistas que contribuem para visão sócio-histórico das relações sociais, a partir da divisão sexual do trabalho que determina a posição de inferioridade da mulher pela a sua condição de ser mulher. No que se refere à perspectiva marxista esta possibilita a percepção da legitimação da ideologia sendo perpassada pelas as instituições sociais enquanto aparelhos que veiculam historicamente a legitimação e naturalização da subordinação da mulher através das ideologias que perpassa a supremacia masculina em detrimento da mulher.

A violência contra as mulheres tomou tamanha dimensão que se torna difícil a sua não visibilidade e o não reconhecimento pela a sociedade. Ao passo que o reconhecimento e visibilidade dessa prática violenta foi possibilitada pelo o empenho dos movimentos feministas particularmente nas três ultimas décadas.

O desenvolvimento deste trabalho, desde a escolha do tema, bem como seu desenvolvimento teórico, teve como principal objetivo a realização de um estudo abrangente no que se refere às análises da violência contra a mulher presentes nas relações conjugais com intuito de identificar quais fatores corroboram para a perpetuação dessa prática violenta.

A preocupação foi primeiramente identificar como as relações de dominação e exploração feminina foram construídas, cuja relação se faz compreender a partir da lógica estrutural de opressão, composta pelas categorias de Poder, Patriarcado e Gênero, de modo que esta favorece a supremacia masculina em detrimento da inferioridade feminina.

Paralelamente, foi considerada a constituição de cada categoria e sua relação com as demais, haja vista, estarem imbricadas umas às outras. Nesse sentido, deve-se observar a importância da categoria do Patriarcado e como esta é determinante para a constituição da gênese do conceito de Gênero e como a categoria do Poder perpassa nas relações de modo a favorecer a superioridade do homem.

No decorrer da pesquisa, pode-se observar como foi legitimada por muito tempo a questão da opressão e violência contra a mulher, através das ideologias cuja perspectiva é a manutenção do *status quo*, no entanto, a partir das décadas de

1970 e 1980 os movimentos feministas trazem o reconhecimento ao público do que antes se restringia somente ao espaço privado, uma vez que denunciavam a violência e a impunidade dos crimes contra as mulheres.

Atualmente, o drama da violência contra a mulher, determina a necessidade de um maior enfrentamento através de políticas públicas, visto que é uma questão importante e que se transformou em prática comum, uma vez que o homem a partir de ideologias patriarcais toma a mulher como seu objeto, impondo-lhes funções e atitudes, estas perpetradas sob a lógica do poder e do gênero.

Além disso, pode se afirmar que a suposta “desobediência da mulher”, favorece a legitimidade de sua punição, a exemplo, as argumentações legitimadoras dessa prática através de ditados populares como: “mulher que trai merece apanhar”, “ruim com ele, pior sem ele”, “tem mulher que apanha porque gosta”, cuja consequência, é demonstrada pelas agressões que geralmente resultam em assassinato das mulheres pelos seus cônjuges e/ou companheiros.

É inegável, que na sociedade contemporânea, as relações sociais se constituem na lógica da ideologia dominante, que culpabiliza a mulher pela violência contra ela cometida. De acordo com Kollontay (2009, p.15): “a ideologia patriarcal subordina a mulher utilizando-se da disciplina para obtenção de sua sujeição, o que vem resultar na neutralização do fenômeno violência contra a mulher”.

Pode-se afirmar que o presente trabalho atingiu seus objetivos propostos, de modo mesmo que modesto, foi feito a análise dos determinantes da violência contra a mulher e a atuação do CREAS no enfrentamento dessa prática, através da análise dos dados foi possível traçar o perfil socioeconômico dessas mulheres vitimadas e os tipos de violência que mais incide entre elas.

Ao final do estudo foi possível perceber que o fenômeno da violência contra mulher ocorre há milhares de anos, e só muito recentemente passou a ser considerado como um grave problema social com a intrínseca relação com a impunidade. Nesse sentido, se expressa à obrigação do reconhecimento da necessidade de aumento e melhoramento dos equipamentos e das políticas públicas e sociais de atenção e proteção às mulheres. Por sua vez, estes serviços são imprescindíveis para a construção de condições básicas de vida e cidadania a um segmento social que, historicamente, tem sido alvo de sofrimento, sob os efeitos de inúmeras discriminações e humilhações no ambiente familiar, de trabalho, nas atividades de representação política, enfim, discriminações próprias de gênero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely de Souza. ***Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado.*** Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

_____. [et al.] ***A mulher brasileira nos espaços público e privado.*** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ARAÚJO, Clara. ***Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero.*** Revista Crítica Marxista. Nº 11. São Paulo: Bom Tempo Editorial, 2000.

ÁVILA, Maria Betânia. [et al.]. ***Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade.*** Recife: SOS CORPO, 2001.

BRASIL. **Constituição Federativa da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília/DF: Ministério da Educação, 1989.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – ***Guia do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.*** Brasília, 2005.

_____. Presidência da República. ***II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.*** 3ª Reimp., Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. ***4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero.*** 2009. Brasília

_____. ***POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS.*** Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 e publicada no diário Oficial da União em 28 de Outubro de 2004.

CERVO, Amado Luiz.; BERVIAN, Pedro Alcino. ***Metodologia científica.*** 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002inis

ENGELS, Friedrich. ***A origem da Família, da Propriedade Privada do Estado;*** Trad. Leandro Konder. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FERREIRA, Verônica. ***Reflexões que emergem da ação política.*** Cadernos de Crítica feminista, ano 3, nº 2, dez. 2009.

KOLONTAI, Alexandra. ***A nova mulher e a moral sexual.*** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAROUSSE, Ática: ***Dicionário da Língua Portuguesa.*** Paris: Larousse. São Paulo: Ática, 2001.

MACIEL, Gilkea. ***Abusos e violência doméstica: das Cavernas ao computador - nada mudou.*** Recife: Ed. Do Autor, 2006.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. ***Metodologia do trabalho científico.*** 6ª ed. São Paulo. Atlas S.A. 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.) ***O Desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.*** 10 ed. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. (org.) ***O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.*** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. ***Introdução ao método na teoria social.*** In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

OSTERNE, Socorro. ***Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina.*** Fortaleza. Eduece, 2001.

_____; GEHLEN, V.R.F. ***A condição paradoxal que constitui o feminismo: dilemas sobre igualdades e diferenças.*** Serviço Social e Sociedade. Ano 84, Ed. Cortez, Novembro de 2005

ODALIA, N. ***O que é violência contra a mulher.*** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros Passos).

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

QUEIROZ, F. M. **Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher**. Mossoró: RN: UERN, 2008.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

_____. **O poder do macho**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1987 (Projeto passo à frente. Coleção Polêmica; v. 10).

_____. **Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/ Unigênero?** Cadernos de Crítica feminista, ano 3, nº 2, dez. 2009.

SANTOS, T. S. **Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 22. Brasília, v. 10. Jan. a Jun. de 2008.

SILVA, M. V. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 3ª Ed. Rev. e Atual. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 3).

TELES, M. A. A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção Primeiros Passos).

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. 2ª Ed. Apresentação de Claudia Mazzei Nogueira. São Paulo: Sundermann, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: RJ: Vozes, 2007.

ANEXO

TABELAS

TABELA I

Número de filhos de mulheres casadas ou união estável em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte, no período de Setembro de 2010 a Março de 2011

Nº de Filhos	Quantidade
Não tem filhos	0
1 ou 2	2
3 ou 4	3
5 ou 6	1
7 ou 8	1
Ficha Incompleta	1

Dados: primário

TABELA II

Número de pessoas pertencentes ao núcleo familiar das mulheres casadas ou união estável em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte, no período de Setembro de 2010 a Março de 2011

Nº de Filhos	Quantidade
Não tem filhos	0
1 ou 2	2
3 ou 4	3
5 ou 6	1
7 ou 8	1
Ficha Incompleta	1

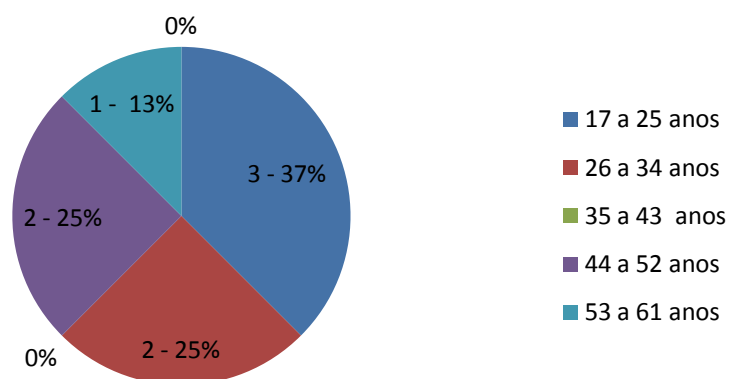
Dados: primário

GRÁFICOS

GRÁFICO I

Idade das mulheres das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte - CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

Idade da Mulheres

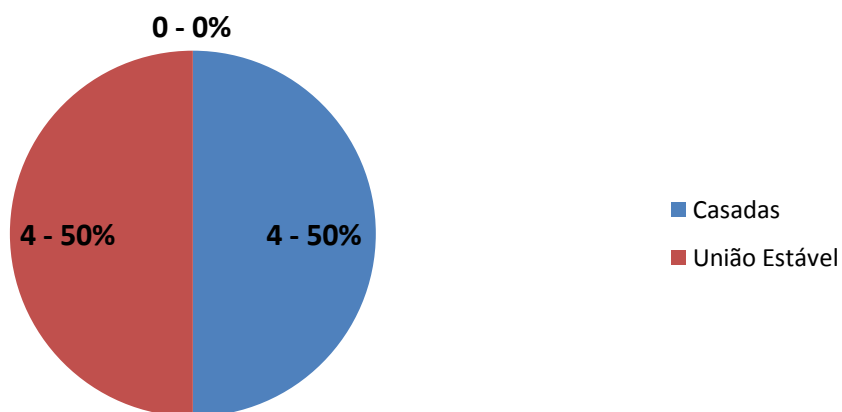


Fonte: Primária

GRÁFICO II

Relação Conjugal das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

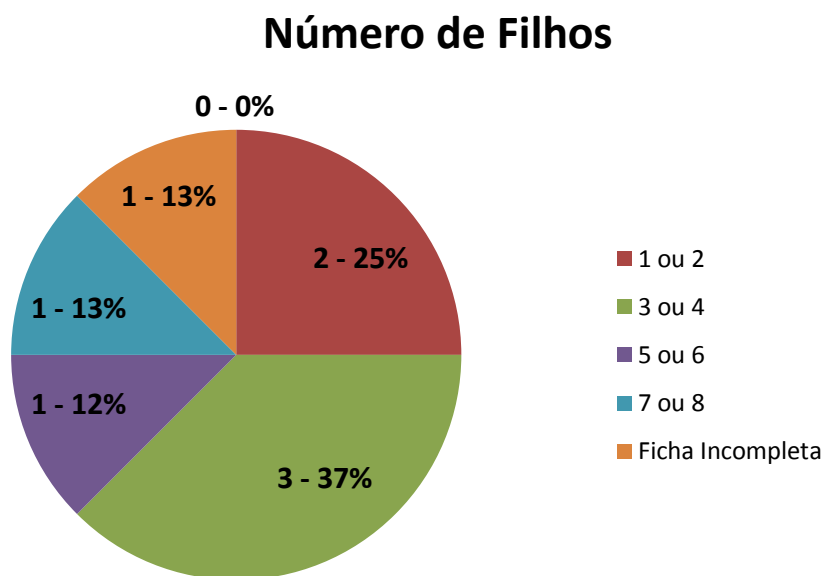
Relação Conjugal



Fonte: Primária

GRÁFICO III

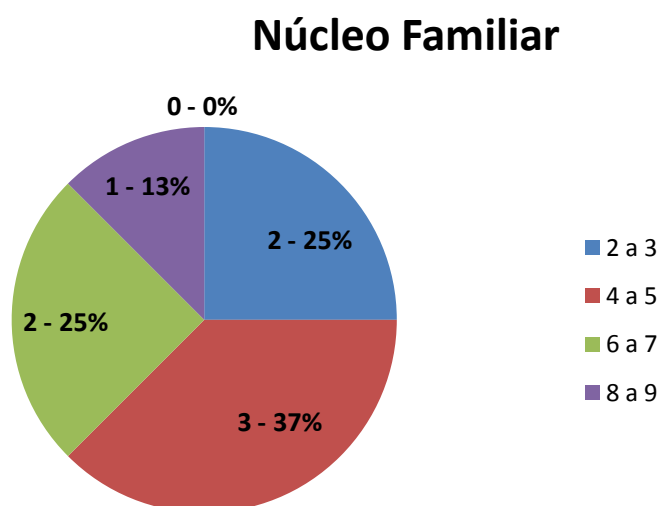
Número de filhos das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.



Fonte: Primária

GRAFICO IV

Núcleo familiar das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

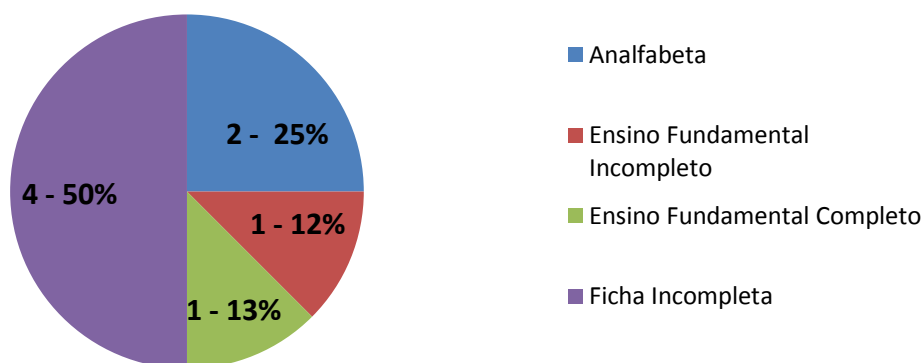


Fonte: Primária

GRÁFICO V

Grau de Escolaridade das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

Grau de Escolaridade

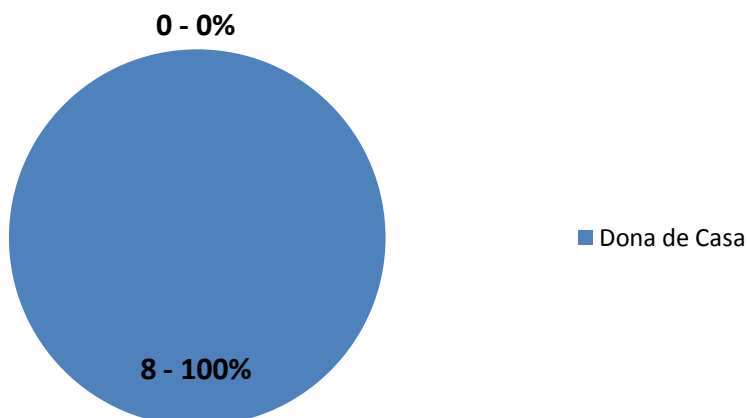


Fonte: Primária

GRÁFICO VI

Ocupação das mulheres das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte - Ce no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

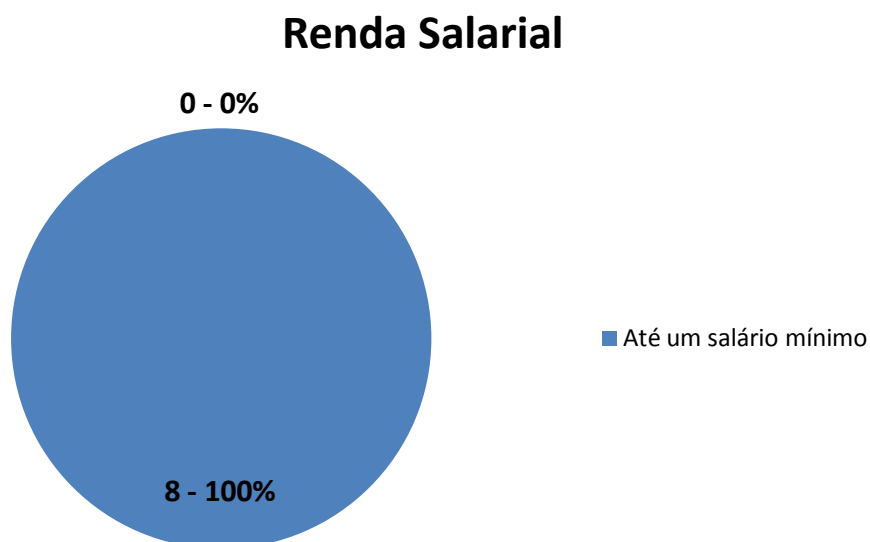
Ocupação



Fonte: Primária

GRÁFICO VII

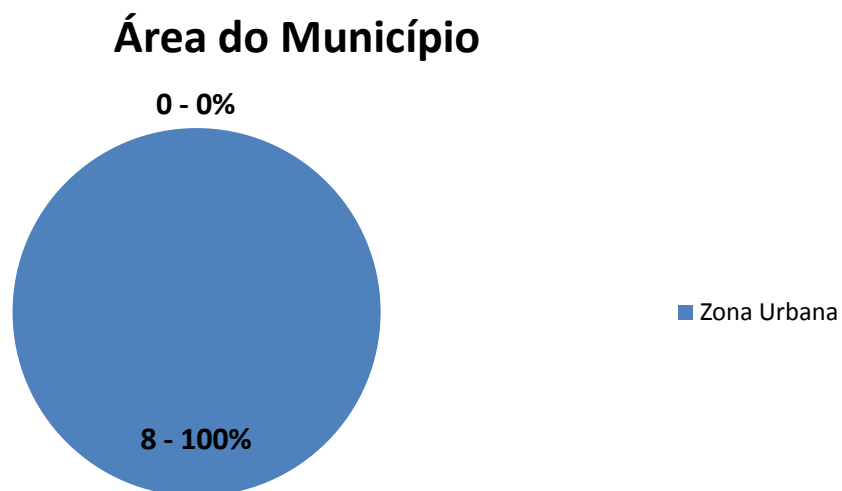
Renda salarial das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.



Fonte: Primária

GRÁFICO VIII

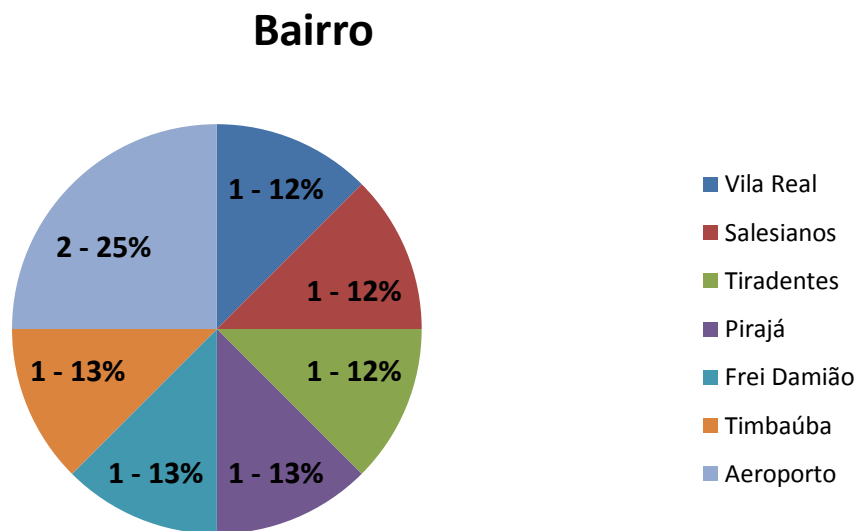
Área do Município das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.



Fonte: Primária

GRÁFICO IX

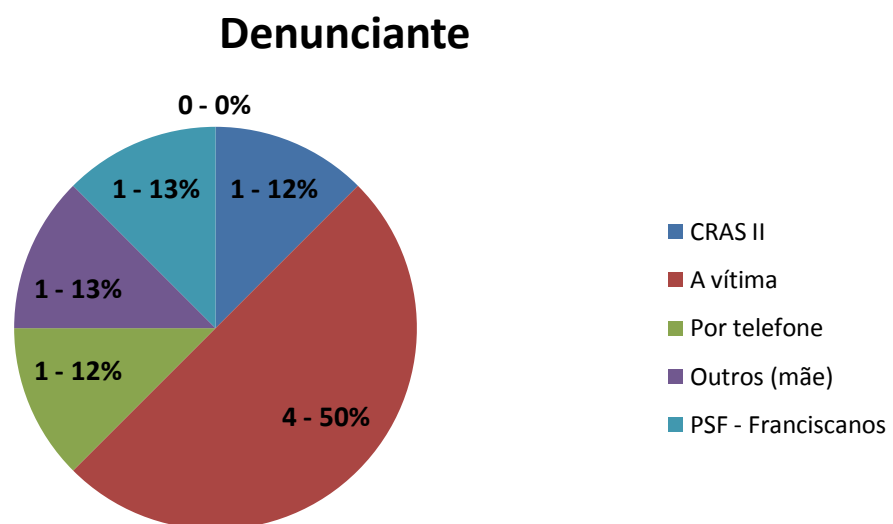
Bairro das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.



Fonte: Primária

GRÁFICO X

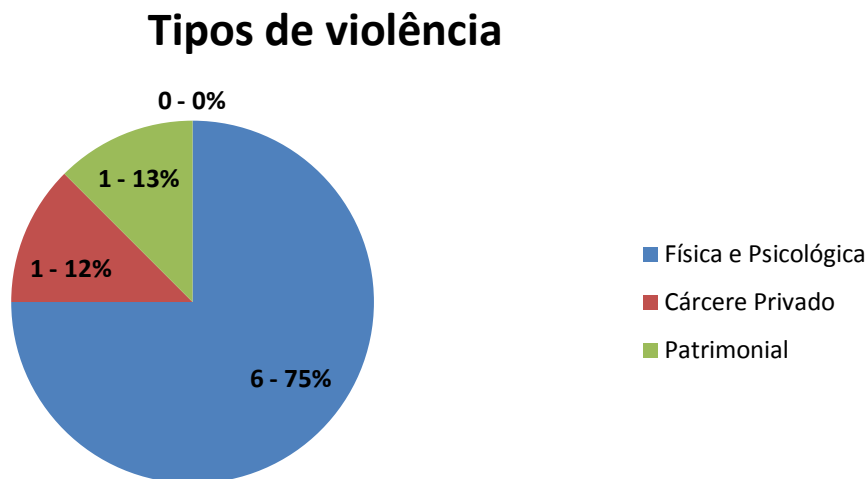
Denunciante da violência contra a mulher no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.



Fonte: Primária

GRÁFICO XI

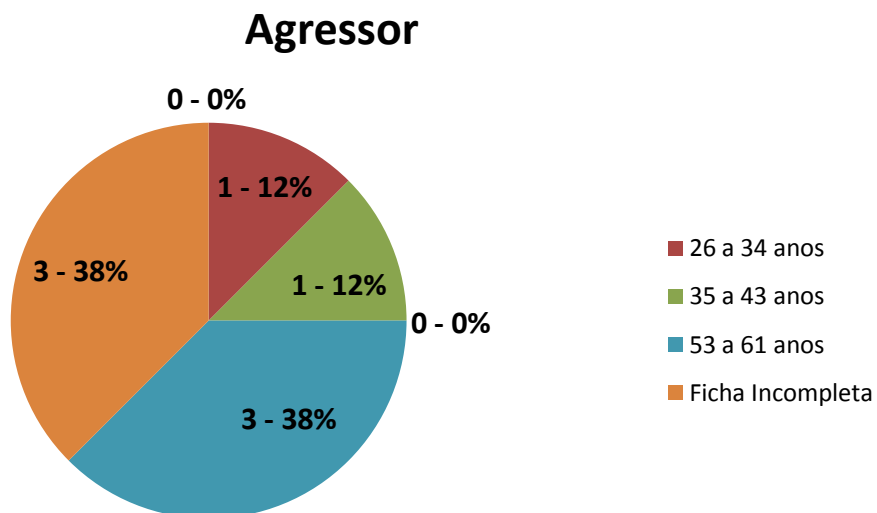
Tipos de violências das mulheres em situação de violência atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.



Fonte: Primária

GRÁFICO XII

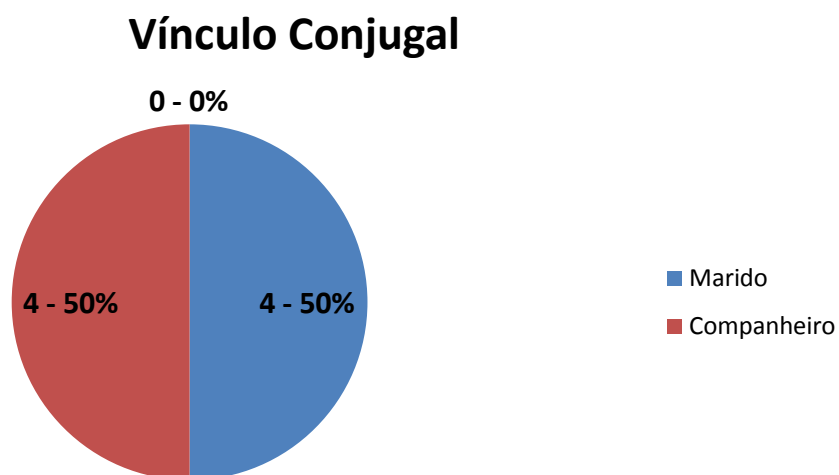
Idade dos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.



Fonte: Primária

GRÁFICO XIII

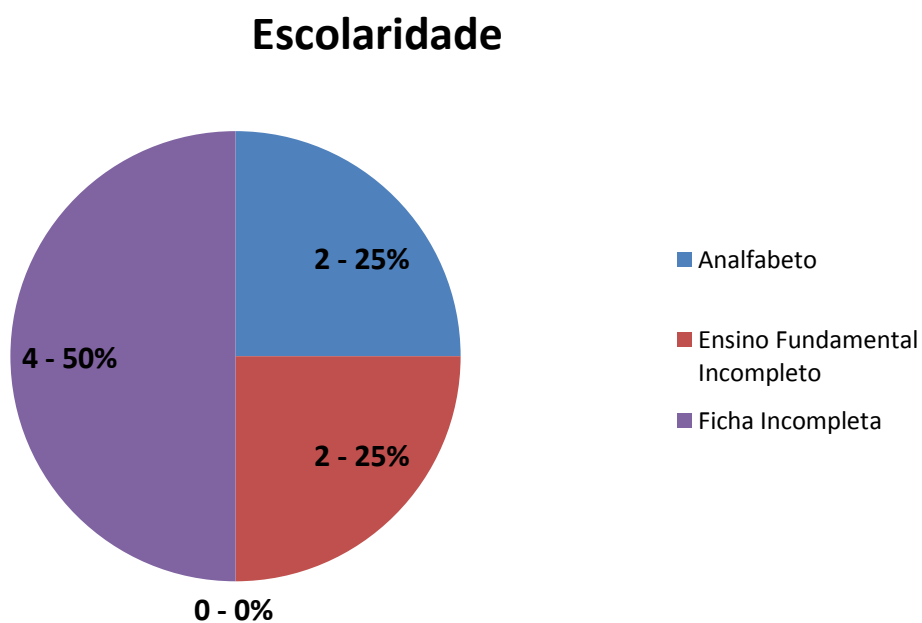
Vínculo conjugal dos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.



Fonte: Primária

GRÁFICO XIV

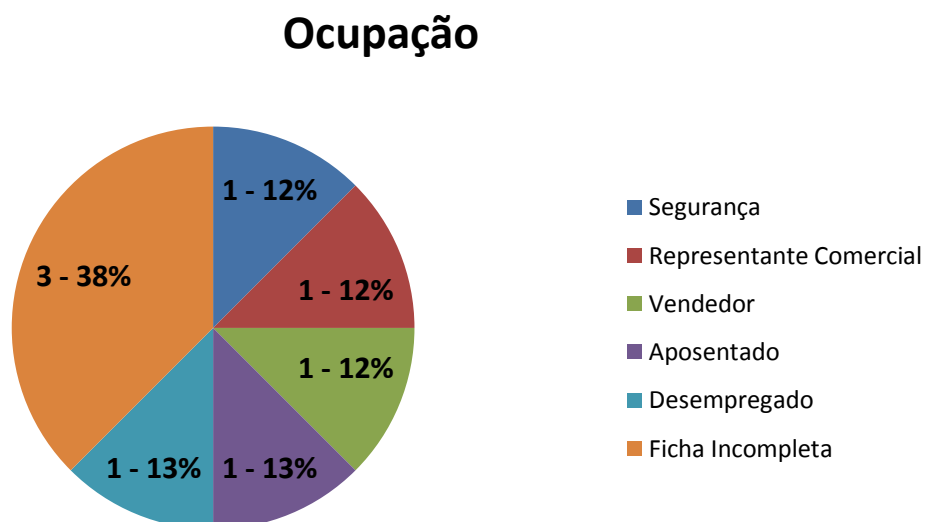
Escolaridade dos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.



Fonte: Primária

GRÁFICO XV

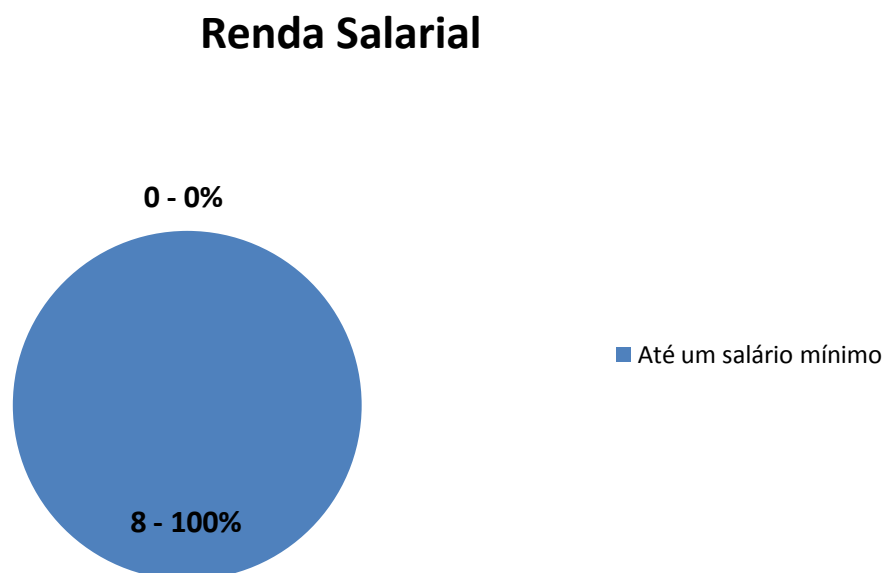
Ocupação dos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.



Fonte: Primária

GRÁFICO XVI

Renda Salarial dos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

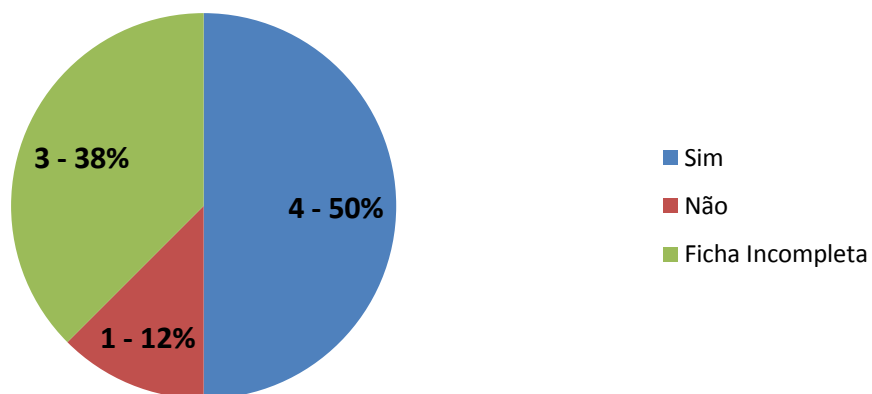


Fonte: Primária

GRÁFICO XVII

Uso de bebidas pelos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

Uso de Bebidas

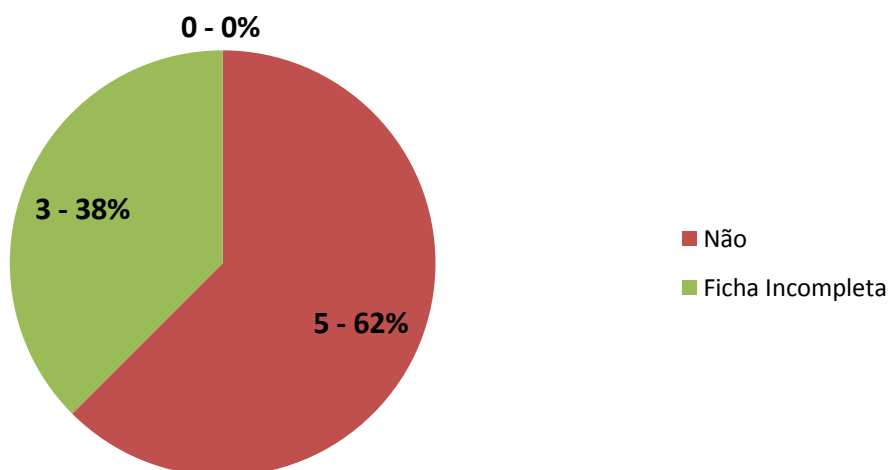


Fonte: Primária

GRÁFICO XVIII

Uso de drogas pelos agressores das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte - CE no período de Setembro de 2010 a Março de 2011.

Uso de Drogas



Fonte: Primária

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DOUTOR LEÃO SAMPAIO.
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.

ANALISE E COLETA DE DADOS*

**A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER PRESENTE NAS RELAÇÕES
CONJUGAIS EM JUAZEIRO DO NORTE – CE: NOTAS DE ESTUDOS COM
VÍTIMAS REFERENCIADAS NOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS DA REDE DE
PROTEÇÃO A MULHER DO MUNICÍPIO.**

LEOPOLDINA MICHELLE DE LIMA BARBOSA**

SUAMY SOARES***

*Instrumental de pesquisa utilizado para fins acadêmicos na elaboração de produção monográfica.

** discente do VIII semestre de Serviço Social da Faculdade Leão Sampaio.

***professora orientadora.

PERFIL:

1º) Idade

2º) Como considera a relação conjugal: () casada () união consensual

3º) Quantos filhos?

4º) Quantas pessoas fazem parte do seu núcleo familiar?

() 2 pessoas

() 3 pessoas.

() 4 a 5 pessoas.

() acima de 5 pessoas.

5º) Escolaridade:

() ensino fundamental incompleto.

() ensino fundamental completo.

() ensino médio incompleto.

() ensino médio completo.

() nível técnico.

() ensino superior.

6º) Trabalha () sim () não. Função

7º) Qual a sua renda familiar:

- () menos de 1 salário mínimo

- () 1 salário mínimo

- () 2 a 3 salário mínimos

- () acima de 3 salário mínimos

8º) Pertence a que área do município

- () Zona Urbana. Qual o bairro você mora

- () Zona Rural. Qual o sítio ou povoado

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO.

Por meio deste a instituição CREAS está sendo convidada a participar da pesquisa acerca do tema Violência Contra Mulher intitulada, **A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER PRESENTE NAS RELAÇÕES CONJUGAIS EM JUAZEIRO DO NORTE – CE: Notas de Estudos com Vítimas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.** Desenvolvida por Leopoldina Michelle de Lima Barbosa, sob a orientação da Professora Mestre Suamy Soares, cujo desenvolvimento faz parte das atividades de conclusão de curso. O objetivo do estudo é elaborar o perfil das mulheres atendidas no CREAS de Juazeiro do Norte – CE. Com a finalidade, por meio do comprometimento acadêmico, de revelar a comunidade local e acadêmica os reais determinantes da violência contra mulher e como as vítimas entendem e convivem com tal violação.

Solicitamos sua autorização para coletar os dados e autorização para divulgação de resultados e dados em eventos das ciências sociais e áreas afins. Por ocasião da publicação os nomes serão mantidos em sigilo absoluto. A participação neste estudo é voluntária e não obrigatória. Caso concorde em ser feita a coleta dos dados ou a qualquer momento desistir não terá nenhum ônus. A pesquisa não oferecerá nenhum tipo de risco, seja ele de ordem material, econômico, de saúde e social.

A pesquisadora se coloca a disposição para qualquer esclarecimento.

Diante do exposto eu declaro que fui devidamente esclarecida e dou meu consentimento para fazer a pesquisa e publicar resultados.

JUAZEIRO DO NORTE, _____ de Novembro de 2011.

Assinatura do (a) Responsável pela Instituição